

PROJETO

Aplicação do INRC da População do Assentamento

São Francisco Oriunda do PNGSV – MG
Convênio FUNATURA/IPHAN 020/2004



RELATÓRIO FINAL

Brasília, novembro de 2005

EQUIPE TÉCNICA

João Batista de A. Costa – Antropólogo

Coordenação Antropológica

Helena Oliveira – Arte-Educadora

Coordenação Executiva e Pesquisa de Campo

Karina Canêdo – Antropóloga

Pesquisa de Campo

Lana Guimarães – Turismóloga/Fotógrafa

Registro Visual

Alexandre Jorge Pádua – Linguista

Assistência de Campo

Colaboração

André Santângelo – Fotógrafo

Sumário

Apresentação	4
Agradecimentos	5
Relatório	6
Introdução	8
A cosmovisão Sertaneja	10
Um princípio antropológico	14
O trabalho de campo	16
Os Veredeiros do Mato Grande e Rio Preto	21
A história da origem	21
Organização Social	24
Comunidade de parentes e sentimento de localidade	24
Relações Sociais e Relações Políticas	26
Sistema de Festas	29
O Sistema produtivo	32
A agricultura veredeira	34
A pecuária veredeira	35
O extrativismo veredeiro	36
O Parque Nacional Grande Sertão Veredas	37
A criação	39
A implementação e consolidação	40
A ação estatal e da sociedade civil organizada	41

Tríade Patrimônio e Turismo

Planejamento estratégico para sua consolidação	43
A transferência dos Veredeiros	45
A ampliação da área do Parque	50
A Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio	52
Relações Sociais e Relações Políticas	56
Sistema produtivo	65
O Inventário Nacional das Referências Culturais	67
Considerações Finais	68
Bibliografia	70
Anexos – Fichas Preenchidas INRC	74

*“...O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja:
que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles
dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima.
Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão?
Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde
os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez,
quinze léguas, sem topar com casa de morador...”*

João Guimarães Rosa

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos os resultados do projeto *Aplicação do INRC da População do Assentamento São Francisco Oriunda do PNGSV – MG*. Durante 7 meses, nossa equipe teve a oportunidade de vivenciar uma bela experiência, em constantes visitas às comunidades São Francisco e Gentio, em Formoso, Minas

Gerais, onde tivemos boa acolhida e acesso às informações que fazem parte desse inventário.

Inventariar os bens culturais da população que habitava a área que foi transformada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas é um esforço da Fundação Pró-Natureza – FUNATURA em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de valorizar o patrimônio humano e cultural dessas famílias, que mantém os seus saberes e buscam preservar suas tradições.

Espera-se que as comunidades São Francisco e Gentio continuem a desenvolver, sabiamente, a relação existente entre a diversidade cultural e a biodiversidade do Cerrado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Comunidades São Francisco e Gentio, esse povo sertanejo que abriu suas porteiras para nossa pesquisa e levantamento de seus bens culturais e nos emprestou um pouco de sua história e cultura, nos permitindo desvendar, conhecer e apreciar seus valores tradicionais, que resistem ao tempo e às mudanças.

Às Veredeiras e Veredeiros pela luta em preservar o conhecimento da biodiversidade das veredas do Sertão e por partilha-lo conosco para que transformássemos seu saber, fazer e pensar em referência cultural nacional, especialmente o Velho Eduardo, Seu Aneandro, seu Tercílio e Dona Nica.

Ao IPHAN/DPI, por acreditar nessa proposta e por nos oferecer uma eficiente capacitação e um bom acompanhamento ao projeto, com o uso da metodologia do INRC.

Tríade Patrimônio e Turismo

À FUNATURA e à Tríade Patrimônio e Turismo por tornarem possível a realização desse inventário, oferecendo as condições necessárias para sua execução.

Ao Márcio Chaves pela presteza em nos acompanhar em nossos trabalhos e pela generosidade com que atendeu às nossas necessidades.

À Ana Julieta pela paciência em nos introduzir na metodologia do Inventário Nacional das Referências Culturais e conviver conosco e com as veredeiras e veredeiros por alguns dias na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio.

A Equipe.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

RELATÓRIO

OS GUARDIÕES DAS VEREDAS DO GRANDE SERTÃO:

A POPULAÇÃO TRADICIONAL VEREDEIRA
DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO E GENTIO,
O PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS
E O INVENTÁRIO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

João Batista de Almeida Costa

Brasília, Setembro 2005

O homem se tem razão tudo consegue e se a perde,
desencanta!

Velho Eduardo
Veredeiro da comunidade do Assentamento São
Francisco e Gentio

INTRODUÇÃO

O Inventário Nacional das Referências Culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, no município de Formoso em Minas Gerais, em sua interface com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas constitui-se como estratégia da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) frente às transformações no modo de vida das gentes transferidas da área do referido Parque para o seu entorno. Tanto no sentido de conhecimento da cultura desses sertanejos, como informações necessárias para posicionar-se como instituições de apoio para minimizar os impactos dessa transformação na vida das gentes do entorno do mesmo Parque Nacional.

Objetivando produzir conhecimento sobre a cultura da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio frente à criação, implantação, ampliação e consolidação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi constituída uma equipe de técnicos no interior da FUNATURA para realizar levantamento das referências culturais consideradas importantes por essa mesma população. Em decorrência desse trabalho primeiro, espera-se, posteriormente, dar os passos seguintes no processo de inventário, que se consolida como identificação, documentação e registro das referências dessa população sertaneja no Patrimônio Imaterial da Nação Multicultural brasileira.

As transformações que vêm ocorrendo na vida dos sertanejos que hoje se congregam na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio são decorrentes de duas dinâmicas distintas, por um lado, devido à ocupação dos Cerrados do noroeste mineiro nos anos 1970 através de processo rápido e desordenado (Dayrell, 2002)¹, mas também degradante das condições ambientais até então existentes e, por outro lado, pela criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas como forma de preservação de riquíssima área de vegetação de Cerrado, conforme demonstram os estudos ambientais que alicerçaram a definição da área e subsidiaram a elaboração do decreto de criação do mesmo parque.

Na implantação do referido parque, conforme estudo desenvolvido por Correia (1999), a implantação do mesmo gerou diversos conflitos envolvendo três categorias sociais, cada uma com perspectivas diferenciadas frente à ação do Governo Federal para viabilizar a preservação desse importante sítio para a nação brasileira, ou seja, os conservacionistas, os gaúchos e os mineiros. Enquanto os gaúchos causavam grande impacto sobre o Cerrado e passaram a se verem impedidos ou limitados em suas práticas produtivas, os conservacionistas se posicionaram contra o modelo de agricultura praticada pelos primeiros, por perceberem que a integridade do parque encontrava-se comprometida. E, finalmente, os mineiros, que conforme Dayrell, eram as populações que “paradoxalmente, foram as que permitiram, como resultado de uma matriz diferenciada de apropriação dos cerrados, a manutenção de condições ambientais preservadas para a criação do parque” (2002: 05).

¹ Carlos Dayrell participou do Grupo de Trabalho que elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Ele é fundador e um dos coordenadores do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas que assessora populações tradicionais em suas comunidades sertanejas reafirmando suas identidades e os seus saberes, além de realizar um trabalho de empoderamento dessas mesmas populações. A eficácia da atuação da ONG em que trabalha tem sido nacional e internacionalmente reconhecida, mas também localmente reconhecida pelos próprios sertanejos que viram suas vidas serem melhor valorizadas e melhoradas pela reafirmação de seu saber e pela introdução de técnicas de manejo, alternativas e sustentáveis, propiciando maior produtividade de seus sistemas tradicionais, além de vinculá-los ao mercado regional com produção agrícola orgânica e produtos extrativistas beneficiados e comercializados por cooperativa que articula a todas as comunidades vinculadas a essa entidade de assessoramento às populações tradicionais norte mineiras.

No cerne do conflito, os conservacionistas posicionavam-se com fiscalização rigorosa e restrições frente aos gaúchos, devido às práticas produtivas ditas modernas, e aos mineiros, no exercício das formas tradicionais de seus sistemas produtivos, limitando suas possibilidades de reprodução física e social mantidas, até então, autônomas.

Se frente aos gaúchos a própria natureza contribuiu para minimizar o impacto do sistema produtivo monocultor de soja, capim ou outros cultivares pela escassez de chuva, conforme nos disseram diversos moradores da cidade de Chapada Gaúcha durante a coleta de dados que deu origem ao Inventário Nacional das Referências Culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, frente aos mineiros os impactos da criação, implantação, ampliação e consolidação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas tomou outra dimensão. As restrições impostas pelo aparelhamento conservacionista federal e estadual vem forçando a impossibilidade da atualização do conhecimento secularmente construído na apropriação e manejo do ambiente que articula veredas e chapadas e a fixação dessa população naquela que consideram a pior área para o desenvolvimento de qualquer sistema produtivo.

Como nosso foco de atenção é a população tradicional retirada da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e alocada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA nas antigas fazendas São Francisco e Gentio, nossa leitura considera o momento vivido pelos mesmos como crucial. Antevemos, se o processo em curso não viabilizar a introdução de práticas alternativas de manejo da natureza na vida desses sertanejos, a perda do conhecimento da biodiversidade das veredas e dos cerrados de que são possuidores e a possibilidade de degradação das veredas e dos rios que drenam a área do Assentamento São Francisco e Gentio. Como as gerações detentoras desse conhecimento não são eternas e como esse conhecimento não é atualizado pelas gerações novas e com a introdução de práticas modernas de agricultura, como a moto-mecanização e a utilização de adubação química em uma terra com baixíssima existência de solo em áreas de declive, o assoreamento das veredas acena de um futuro não muito distante, enquanto assistimos a transformação dessa população tradicional que passam de *veredeiros* a *chapadeiros*.

O nosso olhar tinha como objetivo principal o levantamento das referências culturais com vistas a inscrevê-las como patrimônio nacional na perspectiva do Inventário Nacional de Referências Culturais a partir dessa população tradicional vivendo às margens do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para tanto, esse projeto foi pensado, esboçado e elaborado no interior da Fundação Pró-Natureza – FUNATURA - e contou com o apoio incondicional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que o financiou.

Se a metodologia utilizada foi a disponibilizada pelo IPHAN, entretanto, tivemos como base fundamental para podermos perceber que referências têm sentido para os moradores do Assentamento São Francisco e Gentio a perspectiva do olhar antropológico, tanto por meio de um

instrumental teórico que nos possibilitasse apreender o *ethos* e o *eidos* que se consubstanciam como o modo de vida dessa população tradicional, como pela formação da equipe que contou com dois profissionais com formação antropológica. Tínhamos a vida vivida desse povo, compreendida por nós como sua cultura, como questão crucial para podermos nos aperceber o que lhe dá sentido, ou como na perspectiva geertziana, que teia de significados foi por ele tecida e na qual se enredou².

Há que considerar que uma ampla bibliografia sobre o sertão sanfranciscano e sobre sua cultura foi consultada para que não tomássemos as práticas culturais dessa população tradicional como algo naturalizado, foi necessário concebê-la como uma população “estranhada” e procurar nos aproximar dos seus valores e daquilo que lhes é importante e, por isso mesmo, significativo. A imersão antropológica na vida dessa população, ainda que em diversos momentos curtos, possibilitou-nos apreender seu modo de vida e compreender as suas referências culturais nascidas daquilo que lhes dá sentido e que dela tira sentido.

Nesse sentido, apresento, ainda, nesta introdução uma visão sobre a cosmovisão sertaneja construída a partir de minha relação intelectual e pessoal com essa temática e com a comunidade sertaneja norte mineira.

A Cosmovisão sertaneja

Nos estudos sobre o sertão, diversos pesquisadores têm afirmado a sociedade sertaneja e a sua cultura como sendo uma realidade a-centrada, com um etnocentrismo relativizante devido a aspecto da abertura para o externo como estruturante das relações vividas e com uma dinâmica de articulações de populações diferenciadas compondo o seu conjunto e a sua totalidade³.

Essa perspectiva sobre os grupamentos humanos existentes no sertão e que constituem modos de vida diferenciados dependendo da localização ecológica em que se encontram inseridos já havia sido percebida por Donald Pierson (1972) em seu estudo sobre o *Homem no vale do São Francisco*. Nas pesquisas coordenada por este autor foram encontradas seis populações tradicionais no alto médio da bacia desse rio e suas identificações eram vinculadas ao sítio ecológico em que se encontravam localizadas. Assim, nas veredas situavam-se os *veredeiros*, nas chapadas os *chapadeiros* ou *geraizeiros*, nas vazantes os *vazanteiros* e aqueles vivendo nas margens do rio São Francisco, os *barranqueiros* e, por fim, na caatinga, os *caatingueiros*. Todas essas populações tradicionais são identificadas contrastivamente e em sua contrastividade se auto-identificam como tal.

² Vide Clifford Geertz (1989), *A Interpretação das Culturas*.

³ Neste sentido vide Balaio (1978), Carneiro e Outros (1992), Costa Silva (1998), Pimentel (1997) e Suarez (2001).

Uma das questões sobre a qual os antropólogos se debruçaram e se debruçam para compreender os povos com os quais se envolvem em seus estudos é a questão da identidade. Na teoria construída, o primeiro princípio a ser considerado é que uma população é identificada por aqueles que não fazem parte dela contrastivamente. Nesse sentido, Cardoso de Oliveira (1976) ao discutir identidade, etnia e estrutura social, considera que além de contrastiva, uma população pode transformar sua identidade em uma ideologia. Por outro lado, mas nessa mesma vertente, Frederik Barth (1969) constrói uma conceituação considerando que as identidades étnicas são construídas nas fronteiras da construção de um “nós” e de um “outro”, com o qual os grupos étnicos se encontrem em relações concretas. Ao deslocar da cultura para a relação entre populações, este estudioso considera que uma identificação étnica é sobretudo uma identificação política, por meio da qual os grupos se colocam no cenário político em que se encontram inseridos. E dessa forma, é possível fazer o deslocamento da identidade, apenas, como contrastiva, para vinculá-la à auto-atribuição que um grupo se dá. Importante salientar que não há antinomia entre esses dois princípios por meio dos quais os grupamentos humanos se identificam e são identificados.

A população vivendo no alto médio sanfranciscano é recorrentemente reconhecida como portando uma única identidade, a sertaneja, não uma identidade sertaneja genérica, mas sim sertaneja mineira⁴. Nesse sentido, podemos encontrar no viajante francês do século XVIII Saint-Hilaire a afirmação da multiplicidade sertaneja em Minas onde, apesar de relatar sua multiplicidade, caracterizou, apenas, o sertão norte mineiro. Para ele a população sertaneja da região era “quase toda ela composta de homens de cor [caracterizados por uma] indolência..., maior que a dos outros mineiros... A criação de gado a que se entregam, exigindo pouca atividade, favorece sua tendência à moleza” (2000, 308-309). Há uma negativização nesta representação identitária da população sertaneja do alto médio sanfranciscano frente as outras populações da sociedade em que se encontra inserida e o que a distingue das demais é o fato de ser sertaneja. No período em que este viajante francês percorre a Capitania das Minas Gerais, a ideologia da mineiridade, como sistema de idéias e valores⁵, já emergia entre membros da elite mineira e nela, a criação de gado e a sociedade que em torno dela se constituiu é obliterada para tornar o poder simbólico da exploração aurífera e da sociedade que em torno dela se formou mais eficaz e reluzente.

⁴ Em minha tese de doutoramento discuto a identidade mineira a partir de sua alteridade, a identidade norte mineira ou baiana e procuro mostrar que a unidade mineira, identitária ou paisagística, constitui-se uma construção ideológica que não consegue articular, na vivência social dos sujeitos, a unidade pretendida pelo “sistema de idéias e valores”, ou seja, a mineiridade (Costa, 2003).

⁵ Louis Dumont (1992) ao discutir uma hierarquia a partir das castas indianas e coteja-la, como sistema de idéias e valores, afirma esse mesmo sistema como uma ideologia. Assim, na Antropologia ela não se apresenta como na perspectiva marxista e amplamente considerada pelo senso comum como uma leitura distorcida, por posicionamento político, de uma dada realidade.

Outro autor que se debruçou sobre a representação sertaneja da sociedade criadora de gado do alto médio da bacia sanfranciscana foi João Guimarães Rosa que construiu um olhar ficcional sobre a mesma, sobre a sua cultura e a sobre sua identidade regional⁶. Em Grande Sertão: Veredas, esse autor tinha como objetivo construir uma leitura do Brasil a partir do sertão que fosse distinta da leitura de Euclides da Cunha (2000)⁷, que situou sua narrativa no sertão baiano, aquele da geografia da Guerra de Canudos. Nessa perspectiva, o autor procurou construir uma visão histórica e não pitoresca da sociedade sertaneja como construtora de uma brasilidade específica. Para Bolle (2000), Guimarães Rosa se propõe a oferecer uma visão da sociedade sertaneja em toda a sua escala social, ele quis “apresentar uma multidão viva, diferenciada em subgrupos” (idem: 221). O próprio autor da saga de Riobaldo colocou na voz do narrador da história que a sociedade sertaneja se caracteriza como sendo:

um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhuma se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... (1986: 8).

Entretanto, o objetivo roseano não era caracterizar os subgrupos internos à sociedade sertaneja em suas identidades, como trato aqui. Ficcionalmente, ele retrata alegoricamente a maioria da população brasileira, trazendo para o primeiro plano os marginalizados da história econômica do nosso país, conforme argumentado por Bolle (idem, 215). A representação construída, apesar da ficcionalização da realidade e da cultura regional, desde dentro, não permite compreender a multiplicidade de identidades existentes no interior da sociedade sertaneja.

Há que considerar que o etnocentrismo relativizante e relativizador que transforma a abertura para o externo como aspecto crucial na constituição da vida de cada grupamento sertanejo, no caso da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio pode ser compreendido a partir da afirmativa de um de seus moradores, “o estrangeiro é um diverso, mas também merece respeito, pois ele é filho de Deus como nós”. Há, ainda, a tendência ao casamento exogâmico de localidade para a incorporação do estrangeiro, além do estabelecimento do compadrio, propiciando ao estrangeiro ser incorporado no interior da comunidade. Dessa mesma forma, as idéias vindas de fora têm ascendência sobre as idéias e os valores locais, propiciando um constante transformar-se sem revoltas da vida dos sertanejos. Importante salientar que, entretanto, os princípios organizadores da vida cultural e social não são descartados frente a valores advindos do mundo exterior.

⁶ Diversos autores têm analisado essa obra e afirmado, a partir dos topônimos, a localização geográfica do cenário do romance como sendo, principalmente, o norte de Minas.

⁷ Nesse sentido, veja o artigo de Bolle (2000).

Quem melhor possibilitou uma leitura das diversas formas de organização social vinculadas à geografia local e à natureza nela existente foram os pesquisadores envolvidos na pesquisa coordenada por Donald Pierson (1972), conforme relatado anteriormente.

Como narram os diversos autores que têm estudado as populações tradicionais reconhecidas e afirmadas por Donald Pierson (1972) e seus processos históricos, existe uma característica comum a todas elas, ou seja, há sempre um recomeçar alicerçado pelo padrão cultural a partir do qual a vida desses sertanejos se estrutura e se organiza. Esse recomeçar, considerando a diversidade como um traço cultural organizador da vida, é construído na luta cotidiana no interior de cada território familiar e grupal para adaptar-se às dinâmicas que penetram na vida social a partir das ações advindas da racionalidade hegemônica, ou seja, a racionalidade burguesa⁸. Apoiados em racionalidades onde se considera a diversidade de aspectos como integrante da totalidade social construída, numa perspectiva holista, as populações tradicionais do alto médio sanfranciscano replicam na vida social e na relação com o bioma *cerrado*, o respeito à diferença, assim como em suas relações com os humanos e com os animais com quem, por ventura, tenham contato e mesmo com a sociedade englobante.

As identidades reconhecidas e afirmadas pelo estudo do homem sanfranciscano atualmente têm vindo à luz em seus processos de luta para serem reconhecidas pelos organismos de Estado, apesar do questionamento que têm sido feito da existência de geraizeiros, de caatingueiros, de vazanteiros, considerados nas margens do rio São Francisco como barranqueiros ou remeiros. Os *veredeiros* em foco não tiveram sua identidade vinculada à ecologia onde se encontram inseridos devido a não se colocarem no cenário político reivindicando o seu reconhecimento como uma população tradicional.

Um princípio antropológico

No fazer antropológico há uma questão metodológica crucial, que diz respeito a um princípio, mesmo, da Antropologia como ciência. Marcel Mauss (2003) encontra em etnografias realizadas por outros a existência de um aspecto da vida cultural e social de povos primitivos que, imbricado a todos os outros aspectos, é imprescindível ser apreendido e analisado para que se possa compreender a vida cultural e social. A essa dinâmica deu o nome de fato social total. A antropologia, desde então, incorporou essa perspectiva como um princípio metodológico. Se na perspectiva maussiana o aspecto a partir do qual é possível apreender, analisar e descrever a vida cultural e social de qualquer grupamento humano em estudo, para Geertz (1998) é “estando aqui”

⁸ Pierre Bourdieu (2004) ao tratar das razões práticas construídas pelos grupamentos humanos afirma a existência de outras racionalidades que não, apenas, a econômica como conhecida e vivenciada pelos homens ocidentais e ocidentalizados.

entre os pares da comunidade de comunicação e argumentação que se apreende o fato social total para se interpretar a vida da aldeia em que se estudou.

A apreensão metodológica do fato social total da vida cultural e social de um grupamento humano possibilitou a construção de uma etnografia afastada da exaustiva leitura de todos os aspectos culturais e sociais dos povos estudados. Ao se apreender esse mecanismo, a totalidade da vida social pode ser interpretada a partir dele.

No caso da comunidade *veredeira* do Assentamento São Francisco e Gentio, esse aspecto foi-me sendo revelado a partir da leitura de estudos que foram feitos com comunidades da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e da própria comunidade transferida da região de Mato Grande e de Rio Preto para as margens dos rios Taboca e São Francisco. Mas, ampliada, ao estar em contato com as gentes dessa comunidade. Ou seja, estando aqui e estando lá é que o fato social total que me permite ler a vida *veredeira* se revelou.

Quando minha compreensão sobre o ponto de vista dos “meus” nativos foi submetida à interpretação daqueles com quem tive o privilégio de conversar sobre suas vidas, a concordância dessa e de outras questões foi reafirmada como correta, ou como me disse um deles: “só se sabe aprender quando se vê, o que não se vê, não se sabe”. Ou, dito de outra forma, “as coisas do mundo não é saber, é entender. Tem gente que sabe, mas não tem entendimento”.

Como buscava entender a vida *veredeira*, mais que saber, era necessário encontrar o aspecto crucial a partir do qual é possível compreender – no sentido de entendimento na visão desses sertanejos – o *ethos* e o *eidos* dessa comunidade *veredeira*, encontrei na relação homem e natureza o aspecto a partir do qual a totalidade da vida cultural e social dessas mulheres, homens, crianças e animais é possível ser descrita com fidedignidade, principalmente para eles mesmos.

Em seu estudo sobre as comunidades que existiam na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Andréa Borghi Jacinto afirma que “entre os moradores de localidades do Parque, [há] uma *existência intimamente ligada e interdependente da natureza e dos recursos naturais*” (1998: 170, grifos meus). A autora focaliza sua leitura na questão do trato com os animais, sejam domesticados ou não, devido ao confronto de duas lógicas que se instalaram desde a implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a da caça para os sertanejos e a da fauna para os ambientalistas.

Apesar de tratar de algo que naquele momento era crucial para seus “nativos”, desloco meu olhar para aquilo que considero o fato social total, a partir do qual é possível apreender, analisar e compreender o *ethos*, ou seja, estilo de vida e o *eidos*, ou seja, cosmovisão dessas *veredeiras* e *veredeiros*, a relação íntima e interdependente com a natureza. Quando se compreende que entre homens e natureza não há distanciamentos, tornar-se possível compreender todos os outros aspectos da vida cultural e social desses sertanejos. Como uma ordem moral, a vida sertaneja dessa comunidade de *verdeiros* tem como ponto crucial o

imbricamento do humano com o natural e não há como separá-los. A separação entre os dois vivida hodiernamente conduz a uma vida sem sentido, pois, como nos disse uma moradora, “eu me considero presa. Eu estou em um presídio sem previsão de saída... o que eu estou fazendo aqui? Eu me sinto em cima de um pau, bambeando, sem poder voar, sem poder fazer nada para viver”.

Para essas *veredeiras* e *veredeiros*, a relação íntima e interdependente não é vivida, apenas, pelos homens, mas pela própria natureza. Nesse sentido, afirmam que “a planta necessita do calor das pessoas e se o homem se afasta a natureza perde o seu vigor. Você olha e parece que está tudo triste, falta o calor humano”. Essa afirmativa foi feita para dar início ao relato sobre *João do Mato*. Ele é uma entidade de um plano não humano, dos muitos planos que constituem a vida cultural e social desses sertanejos. Ele é o “vaqueiro dos animais do mato”, ou seja, o protetor que cuida dos animais. Falando desse ser, um *veredeiro* nos disse: “nunca vi e nunca soube que animal morre de ferida. Quem cuida deles?”. Na visão dos membros da comunidade do Assentamento, o afastamento de mulheres, homens, crianças e animais domesticados da área onde está localizado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas conduziu ao afastamento de João do Mato, pois, conforme disseram vários moradores, atualmente animais têm aparecido mortos por feridas, contrariando o conhecimento secular construído socialmente por esses sertanejos. Na visão de um de seus membros

Tem aparecido muito bicho morto lá no Parque. Ninguém sabe porque. O que nós conversamos sobre isso é que não tem mais broto, pois não se faz mais queimada. É com o fogo que nasce a vida nova e os bichos e os animais vão ficando forte, sem broto fica tudo fraco. Os animais a gente dá remédio, sal e outras coisas, mas os bichos nem João do Mato está cuidando deles. Também ele não está mais lá!

Na cosmovisão dos moradores da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio a vida social e cultural articula-se no cruzamento de diversos planos, um humano, um natural, um telúrico, um divino e um mítico. A partir desse entendimento construíram e constroem sua vida cultural e social, procurando encontrar um equilíbrio, como em um fio de navalha, entre todos esses planos, sem desmerecimento de nenhum deles. Mas cada um em seu devido momento, pois como diz um ditado bíblico, há tempo para tudo.

Somente a partir dessa compreensão é possível entender a nomenclatura de animais, principalmente domésticos, mas também, não domesticados que por ventura tenham grande proximidade com alguma família *veredeira*. Aos cães, vacas, garrotes, bois, galinhas e aves domesticadas são apostos nomes que correspondem a características dos animais nomeados ou a algo que se deseja obter. Dessa forma, cães podem ser “baleia, tarugo e trovador”, vacas e garrotes podem ser “pavão, mimosa, malhada, pintora, rainha, riscado, fatura, cruzado e cruzeiro”, cavalos e mulas podem ser “granfino, vanico e teimosa”. E a uma raposa que ronda a casa, mas inexplicavelmente não come as galinhas e os pintos, se denomina “vira-lata”.

Assim, tomo como fato social total para analisar a vida cultural e social da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio a relação homem e natureza, sem haver antinomia entre eles. A oposição que hoje existe e pauta a vida *veredeira* foi construída na emergência do sistema capitalista, imprescindível para a transformação da natureza em mercadoria.

O trabalho de campo

Mas voltemos à questão de introduzir este relatório.

A equipe formada para realizar o inventário das referências culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio foi capacitada por técnicos do IPHAN para que estivessem aptos a realizarem o levantamento daquilo que é referente para os seus membros e que lhes permite distinguir-se no conjunto das populações sertanejas e destas com as demais populações que fazem o povo brasileiro. A capacitação para a utilização da metodologia do INRC ocorreu conjugando equipe técnica e membros da comunidade no próprio Assentamento, momento em que o referido projeto foi apresentado a essa população tradicional. Essa estratégia propiciou imbricar interesses da FUNATURA com anseios de membros da comunidade frente a sua interface com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, razão da escolha desse projeto para financiamento pelo IPHAN.

Em seguida, processou-se a algumas visitas na comunidade objetivando realizar uma varredura das referências culturais considerando lugares e localidades, edificações, celebrações, ofícios e formas de expressão vigentes ou na memória dos moradores do Assentamento São Francisco e Gentio. Por quatro meses a equipe esteve constantemente entre os membros dessa comunidade, seja visitando-os em suas casas para conversas e coleta de informações, seja para acompanhar alguma celebração, principalmente a Festa de São João, tão característica das populações sertanejas.

Há que considerar, ainda, que foram realizadas sessões de cinema e exposições de fotografias feitas durante o processo, procurando dessa forma sensibilizar os moradores do Assentamento seja voltando seus olhares para si mesmos, seja para situações similares a que vivenciam. Após a exibição dos filmes “A Marvada Carne⁹” e “Narradores de Javé¹⁰”, visões mais críticas passaram a circular entre os moradores propiciando melhor compreender o processo de transformação em que se encontram mergulhados.

Devo informar que, por solicitação de vários membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, não declinarei o nome das pessoas quando faço citação de suas leituras, pois temem alguma represália. Ao assim fazê-lo, proporciono ao leitor adentrar na compreensão

⁹ Direção de André Klotzel.

¹⁰ Direção de Eliane Casser.

que as *veredeiras* e os *veredeiros* têm de suas vidas, ou seja, a sua cosmovisão, ao mesmo tempo em que preserve a manutenção de suas relações sem melindres, dado que a convivência com os organismos de estado e com a FUNATURA atualmente é uma realidade definitiva.

Outra questão que julgo crucial afirmar aqui nesta introdução que já caminha para ter ares de prolegômenos diz respeito à natureza de uma etnografia. Antropólogos que se debruçam sobre populações consideradas exóticas produziram, a partir da sua transformação em disciplina acadêmica, relatos etnográficos em que se procura, numa perspectiva de tradução, trazer o ponto de vista do nativo para a compreensão sobre o mesmo para as suas sociedades e para a comunidade de seus pares¹¹. Assim, uma etnografia, apesar de construída a partir da interpretação do antropólogo ela tem o mérito de propiciar a quem a lê compreender o *mundus* daqueles que foram estudados. O deslocamento da escritura de fatos sociais como fatos etnográficos produzidos em povos geograficamente distantes para povos geograficamente próximos, mas “estranhos” ou “estranhados”, como as populações tradicionais existentes no interior do Brasil que se transformaram em sujeitos de estudos de antropólogos brasileiros, requereu que as escrituras etnográficas fossem construídas com o mesmo princípio, ou seja, colocar textualmente, ainda que refratada pela interpretação acadêmica do pesquisador, o ponto de vista do nativo.

Esse pequeno relato etnográfico, dentro dessa perspectiva, constitui-se em um fazer antropológico de relato das vozes *veredeiras* das mulheres e dos homens que compõem a Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio. Como disse, ele foi construído a partir de visitas feitas aos mesmos em suas moradias, onde estabeleci conversações e depois discussões do meu entendimento sobre eles mesmos para ver como eles reagem à minha leitura sobre suas vidas. A partir de críticas e do esforço de traduzir meu entendimento, numa perspectiva dialógica, foi construída uma visão a mais próxima possível da afirmação dos mesmos de que eu não apenas sabia sobre a vida deles, mas, também, a entendia.

Essas visitas não foram realizadas a poucos moradores, elas ampliaram-se para algo próximo a cinco dezenas de famílias *veredeiras*. Se num primeiro momento elas foram definidas pelo técnico agrícola, funcionário da FUNATURA, que nos acompanhou, em outro momento, após ter liberado o mesmo técnico para gozar de seus dias de descanso semanais, elas foram definidas aleatoriamente por mim. Passei a percorrer os caminhos internos ao Assentamento que conduzem aos lotes dos assentados e como não conhecia seus moradores ao nos apresentar é que tomava conhecimento de quem se tratava. Digo isto para deixar claro quanto às visões discordantes, e, também, devido a ter conseguido colocar-me como alguém digno da confiança dos mesmos. Viram em mim um parceiro capaz de levar a um lugar de fala as suas visões sobre suas vidas. E, neste relato etnográfico, procuro ser coerente com essa confiança depositada em mim, pois os membros dessa comunidade *veredeira* com quem conversei me dignificaram com a condição de um

¹¹ Neste sentido, vide a introdução de Malinowski (1978) em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*.

*broken*¹², ou seja, como parceiro em defesa da dignidade de vida dessa população tradicional e de sua cultura, entendida por mim como estilo de vida e como cosmovisão.

Este relatório constitui-se como uma leitura antropológica da cosmovisão das *veredeiras* e dos *veredeiros* sobre seu modo de vida e sobre seu estar no mundo. Há alguns aspectos que são mais enfatizados que outros porque são assim compreendidos e afirmados pelos membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio. Importante salientar que as vozes textualizadas devem ser vistas dentro de duas características. Elas denotam os entendimentos dos “nativos”. Se há consenso, uma única voz é transcrita, mas se há dissenso, vozes diferenciadas afirmam compreensões diferenciadas e, por isso, pode haver a impressão de que se deu maior importância à leitura contrária. Em algumas questões, o entendimento dos membros dessa comunidade posiciona-se num contínuo entre dois pólos extremos. Há que considerar, ainda, que se buscou caminhar argumentativamente numa compreensão mediana, mas quando isto não foi possível, as diferenciações de pontos de vista são expostos.

E finalmente, este relatório é composto por duas partes distintas e interdependentes entre si. Na primeira é apresentada minha interpretação sobre a cultura, entendida aqui como o modo de vida e as coisas que são importantes para a vida vivida dessa comunidade de sertanejos e construída na perspectiva que a comunidade dos antropólogos mundialmente têm adotado desde meados dos anos 1980, ou seja, a de crítica cultural¹³. É o que faço aqui, mesmo que essa crítica possa não ser entendida por todos os leitores. Mas como afirmado por Homi Bhabha (2002) ao discutir o compromisso da teoria, a posição do interpretante deve estar articulada com os sujeitos colocados em posições periféricas e excludentes da realidade social, como os *veredeiros* em processo de se transformarem em *chapadeiros*, mesmo ante a recusa em processarem mudança tão radical em suas vidas.

Na segunda parte do relatório, situam-se as fichas que compõem o Inventário das Referências Culturais construídas pelos membros da equipe a partir da metodologia disponibilizada pelo IPHAN. Elas formam um conjunto que informa a realidade cultural e social dessa comunidade de *veredeiros*, seja pela descrição do sítio, em si mesmo, dos lugares e localidades articuladas à comunidade e que delimitam o *mundus* desses sertanejos, mas também, as celebrações, as

¹² Um *broken* poderia ser traduzido como mediador ou como intermediário, mas na antropologia essa categoria constitui-se em algo para além disto, ela informa a condição também de parceiro que o antropólogo assume ao posicionar-se como um *antropólogo cidadão*. E realmente o sou. Assumo que sou cidadão na defesa das populações tradicionais de qualquer parte do mundo, mas coloco-me, como pessoa moral, na defesa das populações do sertão alto médio sanfranciscano por situar-me como cidadão na sociedade regional norte mineira. E para mim, os *veredeiros* constituem-se como população tradicional dessa mesma região.

¹³ Os antropólogos estadunidenses George Marcus e Michael Fischer apresentaram à comunidade de seus pares uma crítica ao fazer antropológico a que denominaram Antropologia como Crítica Cultural. A partir desse momento os antropólogos assumiram a postura de se posicionarem, permanentemente, de uma forma crítica frente aos objetos e sujeitos de estudos com os quais se envolvem.

formas de expressão, os ofícios e os modos de fazer que têm sentido para os membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio.

O Inventário Nacional de Referências Culturais pode ser lido, a grosso modo, como um olhar sobre um modo de vida muito específico, aquele de uma comunidade veredeira. Os bens inventariados articulam duas ordens de forma imbricada e complementar, de um lado a ordem humana e de outro a ordem natural. Eles derivam das relações que os homens têm entre si e com as coisas da natureza no sítio em que se situam na vida na busca da reprodução de si mesmos como seres humanos e como um grupo social muito específico.

De outra forma, pode-se ler os bens inventariados como definidores de uma identidade mais genérica, “povos do cerrado” ou “sertanejos”, mas como o agro-extrativismo que praticam se vinculam à realidade da região em que se encontram inseridos e, por isso mesmo, foram identificados contrastivamente como *veredeiros*. O contraste é dado no conjunto das populações tradicionais do alto médio São Francisco por outras populações tradicionais, como já dissemos, os chapadeiros, os geraizeiros, os caatingueiros, os vazanteiros e os barranqueiros.

OS VEREDEIROS DO MATO GRANDE E RIO PRETO

As comunidades dos *veredeiros* do Mato Grande e Rio Preto não mais existem. Seus territórios situavam-se nos chapadões, brejos e veredas no curso alto médio do rio São Francisco, quase na divisa de Minas Gerais com Bahia e Goiás. No sítio em que as mulheres, os homens e as crianças dessa população tradicional escreveram a sua história, encontra-se o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A caracterização que faço a seguir não foi baseada em coleta de dados empíricos feitos por mim, mas a partir da leitura de dissertações e planos construídos sobre os membros dessas comunidades ou para as comunidades do entorno da referida unidade de conservação. Como a realidade dessas comunidades é extremamente similar, creio ser possível re-construir seu *ethos* e seu *eidos* nessa perspectiva. Cabe lembrar que venho estudando comunidades sertanejas em um contexto mais amplo dessa mesma região do sertão sanfranciscano¹⁴, que congrega o norte de Minas, como região cultural e não como região administrativa que cinde essa mesma região cultural em norte e noroeste de Minas.

Em meus estudos, construídos a partir de trabalho como pesquisador e/ou como técnico de organismos estaduais voltados para o desenvolvimento das comunidades norte mineiras, pude constatar a existência de uma realidade sócio-cultural e política comum entre essas comunidades, guardadas pequenas particularidades de cada uma. Essas especificidades vinculam-se notadamente às histórias de cada uma, às identidades vinculadas às suas localizações em ecossistemas micro-regionais como discutido nos estudos de Pierson (1971) e as vinculações políticas decorrentes de articulações construídas por mediadores que visam contribuir para dirimir discriminações, exclusões, estereotipações e estigmatizações.

A partir dessa compreensão, recorri à literatura que foi possível manusear para construir a caracterização que se segue. Entretanto, cabe notar, que minha leitura também foi construída pelas informações coletadas por mim, pois as *veredeiras* e os *veredeiros* olham seu estar no mundo hodiernamente, tendo como ponto de vista a sua trajetória histórica e sempre que podem, fazem comparações entre a situação atual e a situação passada, quando suas vidas corriam mansamente nos leitos das veredas desse grande sertão.

A história da origem

A *história da origem* das comunidades Mato Grande e Rio Preto encontra seu pleno entendimento quando contextualiza no conjunto dos processos que ocorreram no sertão

¹⁴ Neste sentido, vide Costa (1997).

sanfranciscano. A ocupação humana no território brasileiro, conforme estudos de Assiz Ab'Saber (1987), tem início no delta dos rios Tocantins e Parnaíba, para em seguida tender-se para a bacia do rio São Francisco. Nas cavernas do rio Peruaçu, estudos têm demonstrado que por volta de 12.000 anos elas passaram a ser ocupadas pelos homens de Itaparica e de Lagoa Santa. Além de vestígios de artefatos de cerâmica, palha e carvão os homens primitivos deixaram nas paredes de calcário no conjunto das cavernas suas inscrições, conforme Leonardo Campos (1983).

Diversas sociedades indígenas se localizaram ao longo do curso desse mesmo rio e na região média dentre elas se destacavam as falantes do Tronco Lingüístico Macro-Gê que assistiram à penetração de uma população negra fugindo à escravidão e formando quilombos em áreas de difíceis acessos e propícias ao estabelecimento de barreiras estruturais.

Por volta da segunda década do século XVII, bandeiras anônimas paulistas começaram a percorrer a bacia do rio São Francisco, mas a fixação da colonização portuguesa por meio de paulistas só teve início nos anos 1660. A ocupação da região média sanfranciscana é conduzida pela bandeira anônima de Mathias Cardoso de Almeida que veio para apreiar índios e exterminar quilombos. Sua atuação diante dessas populações possibilitou-lhe assumir papel importante na história brasileira para a consolidação da ocupação do interior do país.

Os membros da bandeira, que se transformaram em criadores de gado que abasteciam a zona canavieira baiana até fins do século XVII e posteriormente a zona mineradora a partir de inícios do século XVIII, posicionaram-se em diversos pontos do território regional a partir das margens do rio São Francisco. Com a consolidação da criação de gado, a sociedade pastoril ampliou a ocupação do território. As vinculações da região ao sistema produtivo nacional, em diversos momentos da história, propiciaram a complexificação e ampliação dessa mesma sociedade, como, por exemplo, fornecendo algodão para a Inglaterra quando da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e, posteriormente, contribuindo para o boom da borracha ao disponibilizar látex de mangaba em fins do século XIX e início do século XX¹⁵.

O início da ocupação da área das comunidades Mato Grande e Rio Preto, conforme informações de membros da comunidade do Assentamento, ocorreu há mais de 200 anos, como pode testemunhar o pequeno povoado de Cajueiro, que marca os primórdios da ocupação sertaneja desta área específica. Entretanto, a grande maioria dos seus moradores migrou da fazenda Larga, nas proximidades da cidade de Januária em meados do século XX, pois na afirmação de um dos moradores e acatada por todos eles, “esse povo daqui, se não nasceu lá, é de procedência de Vargem Bonita, em Januária”. Há reservas, apenas, três famílias não são descendentes dos migrantes fugidos da divisão da fazenda Larga.

¹⁵ Nesse sentido, vide Mata Machado (1991), Cardoso (1996), Costa (1997), Oliveira e Rodrigues (2000) e Costa (1999) e (2003).

Desde a primeira década desse século a sociedade regional passou por um período de turbulências sociais devido ao início de processos de divisões de terras que provocaram revoltas em muitas famílias que foram forçadas a transferir sua vida para outros lugares devido a não terem acompanhado essas divisões. Dessas revoltas surgiram personagens históricos conhecidos e ainda hoje lembrados, com Antônio Dó que em 1913 se revoltou contra a perda das terras de sua família para um fazendeiro que solicitara a um agrimensor a divisão da terra.

Importante salientar que a grande maioria das terras norte mineiras não foram cadastradas quando da vigência da Lei da Terra de 1.850 que reordenou o sistema agrário brasileiro. Entretanto, após a instauração da República e com as terras devolutas que pertenciam à união passaram a se vincular aos estados, em Minas Gerais processou-se a essas divisões de terra, sem contudo, resolver definitivamente a titulação das mesmas que permanecem pertencendo ao estado.

No caso da maioria dos membros das comunidades Mato Grande e Rio Preto, devido ao não acompanhamento da divisão requerida em 1940, parte da família proprietária da fazenda Larga em Vargem Bonita, teve que migrar para outras áreas porque tiveram suas terras ocupadas por outras pessoas. Mas outros fluxos de migração ocorreram ao longo do século XX para essa mesma região.

Por ser uma região de solos ainda pouco explorados, esses migrantes formaram um aglomerado de posseiros e trabalhadores rurais que cultivavam a terra sem, contudo, possuírem a titulação da terra, mesmo possuindo documentação por terem comprado partes de fazendas antigas. No dizer de um deles “a terra era solta e eu sou que nem bicho do mato, em qualquer lugar empasto¹⁶”. Ou como nos disse um outro morador,

eu criei meus filhos em terra solta, nunca paguei meia, nunca paguei renda. Pegava uma vereda e um mato para eu deteriorar¹⁷. Quando a terra já não estava dando para manter a família, deslocava-se para outra área que já tinha escolhido. Recomeçava tudo outra vez, mas o lugar onde que deixei para trás, aos poucos, voltava a ser vistoso outra vez.

¹⁶ A categoria terra solta indica a não titulação da mesma e por isso mesmo, terra devoluta. Houve duas estratégias de apropriação dessas terras, a das populações tradicionais que articulados entre si destinavam grandes áreas, a larga, como terra de apropriação coletiva e a dos fazendeiros após a mercantilização da terra com a introdução de incentivos por parte do governo federal. Estes cercaram as terras, independente daqueles que nelas estivessem residindo e utilizavam a força bruta de jagunços para expulsar as populações tradicionais do interior da terra delimitada como propriedade particular. Entretanto as mesmas permanecem como terras devolutas.

¹⁷ Diferentemente do sentido usual, como no dicionário Aurélio: danificar, estragar, corromper e desperdiçar”, entre os *veredeiros* essa palavra quer dizer o processo de manejo da terra agricultável que será descrito posteriormente.

Essas migrações propiciaram a formação de um agrupamento humano, em meados do mesmo século, localizado entre as fazendas Mato Grande e Larga, área que posteriormente viria a ser o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para Andréa Borghi Jacinto,

As várias famílias encontram-se espalhadas e dispersas pelo Parque. Aparentemente, não há “comunidades”, ou povoados. Existe, porém, uma organização e um padrão de ocupação espacial, que trazem muitas semelhanças com os “bairros rurais”¹⁸. Ou seja, existe uma unidade de agrupamento que constitui grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho da terra, por trocas e reciprocidades.

A população que se fixou nesta área foi identificada por Donald Pierson como *veredeiros* em seu estudo para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Homem no Vale do São Francisco realizado nos anos 1950. Ao longo de sua trajetória, a população dos *veredeiros* estabeleceu um sistema produtivo que articulava três apropriações diferenciadas do espaço ocupado, tendo no manejo das veredas o eixo crucial do sistema, pois delas dependia a reprodução física, cultural e social dessa mesma população. Articulava-se à agricultura *veredeira*, como segunda dinâmica de apropriação territorial, a criação de gado solto nas chapadas, denominada regionalmente como “larga”, e, por fim, o extrativismo nas três áreas de apropriação do espaço com suas vegetações de cerrado como a terceira dinâmica de apropriação¹⁹. Cada família produzia, basicamente, todo o necessário para a sua reprodução, entretanto, necessitava recorrer à aquisição de poucos produtos, principalmente sal, nas cidades de Januária e São Romão.

As saídas dessa população *veredeira* para fora de seu território, também, ocorriam devido a romarias, nas Serra das Araras e em Bom Jesus da Lapa. As viagens eram feitas a cavalo, no lombo de jegues, em carros de boi e em barcos a vapor quando das romarias a Bom Jesus da Lapa. O primeiro automóvel percorreu a área da comunidade, apenas, na década de 1970. Com a vinda de gaúchos para as chapadas nas proximidades de Serra das Araras e a transferência da população para a área do Assentamento, os vínculos dos moradores deste Sítio ampliaram-se para a cidade de Chapada Gaúcha e para a cidade de Formoso.

¹⁸ Sobre o conceito de “bairro rural”, ver Brandão, C. R. “Do sertão à cidade: os territórios da vida e do imaginário do camponês tradicional” in Mesquita, Z. e Brandão, C.B., *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. pp. 155-177, onde o autor faz uma breve revisão sobre o mesmo. Ver também Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”, in *O Camponato Brasileiro*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1973. pp.48-71

¹⁹ Outras considerações sobre o sistema produtivo serão tratadas posteriormente.

Organização Social

Trato a organização social da comunidade *veredeira* do Mato Grande e Rio Preto considerando os vínculos que os articulam como resultado da articulação social entre parentes que compartilham o sentido de pertencimento a uma mesma localidade, compreendida por eles como uma grande família com uma mesma trajetória histórica, como mostramos na seção anterior. Para ampliar o entendimento dessa mesma organização é feita a leitura das relações sociais e das relações políticas vividas. Em seguida trato do sistema de festas que congregam performaticamente os membros dessa comunidade como uma unidade festiva e encerro esta seção abordando o sistema produtivo, a partir do qual, a identidade regionalmente contrastivamente dessa coletividade emerge no cenário sertanejo.

Como a organização social da comunidade Mato Grande e Rio Preto permanece operando em quase sua integralidade na Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio a ser tratada posteriormente, não farei uma discussão de todos os aspectos que compõem a organização social dos assentados, mas, somente, daqueles aspectos em que ocorreram mudanças significativas, como as relações sociais e as relações políticas, por um lado, e no sistema produtivo, por outro lado. É a partir das transformações ocorridas que apoio meu argumento da mudança de identidade desta comunidade, que vejo passando de *veredeira* a *chapadeira*.

Comunidade de parentes e Sentimento de pertencimento

Essa população, apesar das distâncias entre uma localidade e outra se constitui como uma comunidade ampla articulada por relações de parentesco e de compadrio, por sentimento de localidade, mantendo entre todos os seus membros relações sociais que contribuíam para a reprodução social de cada família, assentadas em trocas e reciprocidades. A qualquer novo morador vindo para a área, com o passar do tempo, ocorre a incorporação por compadrio ou por casamento na rede de relações mais ampla. Essa estratégia possibilita a inclusão social dos “estrangeiros” que adentram o sertão. Essa característica permanece atualizada na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio em que a totalidade de seus membros constitui uma “coligação de famílias”, em que todos se relacionam por parentesco ou compadrio.

O sentimento de localidade e de pertença operacionaliza a vida destas pessoas, principalmente, em virtude de ser por meio dele que se dá a diferenciação no contexto mais imediatamente regional em que se encontram situados. Andréa Jacinto que estudou a comunidade de Mato Grande e Rio Preto quando ainda se encontrava localizada no território que lhe designa informa que “as gentes das veredas” têm as denominações de suas localidades baseadas “no encontro e na interação do espaço social com o espaço físico (...) Assim, o nome do rio é também

25

de um conjunto... de casas e unidades domésticas, e é também, algumas vezes, o nome de uma fazenda” (1998: 46). E em cada um dos pontos do mundo sertanejo encontram-se gentes com suas histórias, com suas vinculações e com seus sentimentos de mundo.

Entretanto, o sentimento de localidade e de pertença não limita o *mundus* destas populações, porque “se parecem existir padrões ou referências de fixação e ocupação dos espaços vinculadas aos grupos de parentesco, a mobilidade é grande também - ‘o giro-o-giro no gerais” (idem: ibidem, 53). Entre localidades há vinculações que transformam “estranhos” em parentes ou compadres e, desta forma, dão concretude ao *mundus* sertanejo em que todos os homens compõem uma mesma e grande família, respeitadas as diferenças pessoais, de lugar e de origem.

Apesar das distâncias²⁰ existentes entre territórios familiares, nos quais cada grupo nuclear constrói, reconstrói e reproduz a vida de cada indivíduo, mas do grupo familiar como um todo, o sentimento de pertença e de localidade operacionaliza cotidianamente a vida das populações sertanejas de uma forma geral e dessa população *veredeira* de uma forma específica. Não se está no mundo sozinho, já que o *mundus* é compartilhado por aqueles que vivem nas cercanias de cada território familiar.

Uma característica recorrente entre as populações tradicionais seertanejas exprime-se pelos vínculos entre as pessoas em suas relações sociais e afirmada por João Guimarães Rosa em seu romance Grande Sertão: Veredas, “o sertão é do tamanho do mundo”. Porém o mundo termina onde acabam as relações sociais que vinculam os sertanejos entre si, para além delas não há *mundus*, não há nada, apenas deserto. Ou seja, ausência de gentes conhecidas.

Em uma outra comunidade que não as de Mato Grande e Rio Preto, compreendi que o tamanho do mundo sertanejo, já que são as relações sociais que limitam o mundo e para além delas, o mundo é um deserto, como recorrentemente os sertanejos afirmam quando narram suas vidas e seus entendimentos de mundo. Uma sertaneja que necessitava fazer uma operação, ao conversar com membros de sua comunidade que a visitavam depois de retornar da cidade mais próxima - onde fora fazer exames - disse-lhes quando um deles questionou porque não ia a São Paulo devido à gratuidade da operação: “São Paulo é um deserto”. Quando procurei compreender o conteúdo de sua afirmação a mesma senhora completou: “é um deserto porque não conheço ninguém lá e um lugar onde ninguém é conhecido deve ser evitado”²¹.

²⁰ Quando falo de distâncias aqui, estou alicerçado na compreensão urbana de distâncias, porque para as populações sertanejas, o que distancia um indivíduo do outro é a falta de vinculação, seja por parentesco, por compadrio, ou por pertencimento à uma localidade.

²¹ Abordo esta questão em um artigo, “cerrados, populações tradicionais e identidades” do livro “Tantos cerrados”, no prelo, a ser publicado pela editora da UFG. Nele discuto que o sentido dado ao conceito “deserto” como afirmado pela senhora, certamente surpreenderá àqueles que julgam a cidade de São Paulo um “formigueiro humano” onde centenas de milhares de pessoas se aglomeram para viver suas vidas. Na concepção dos sujeitos urbanos e da teoria sociológica não há nenhum sentido na explicação dada pela senhora. Entretanto, penetrando no conteúdo semântico vinculado à gramática cultural que informa as significações conceituais sertanejas, pode-se compreender que o mundo só se concretiza como relações

A organização social dessas comunidades constitui-se, portanto, do resultado da articulação de alguns aspectos ordenadores que operacionaliza o mundo dessa “gente das veredas”, os vínculos entre parentes, a incorporação do estrangeiro pelo casamento e pelo compadrio e o sentimento de pertença a uma localidade.

Relações Sociais e Relações Políticas

As bases a partir das quais as relações sociais vividas nas comunidades de Mato Grande e Rio Preto se organizam a partir do sentimento de localidade, as relações de parentesco e compadrio por meio das quais os “estrangeiros” são incorporados no interior da “coligação de famílias”, as trocas e reciprocidades estabelecidas entre todos e, um sistema produtivo compartilhado por cada um e reestruturado no interior da cada grupo familiar, em decorrências das formas da espacialização do território familiar e comunal.

As relações sociais e políticas vividas nas comunidades Mato Grande e Rio Preto podem ser compreendidas a partir de sua espacialidade e de sua temporalidade. Enquanto relações internas às próprias comunidades creio ser possível afirmar a existência de quatro dinâmicas por meio das quais os membros dessas comunidades se articulam entre si, seja por sentimento de pertença a uma localidade, por parentesco e compadrio, por trocas e reciprocidades e, finalmente, por compartilharem um mesmo sistema produtivo baseado na apropriação diferenciada dos espaços dos territórios familiares e comunais. Essa é uma característica que se mantém atualizada no sítio para onde foram transferido e comum às comunidades sertanejas do alto médio sanfranciscano.

As trocas e reciprocidades entre os membros das coletividades de populações tradicionais são imprescindíveis para manutenção da reprodução física, cultural e social de suas gentes. Sem elas a vida perde todo e qualquer sentido, dado que, para falar em uma perspectiva marxista, a infra-estrutura que determina a superestrutura dessa população tradicional, é a própria sociedade, ou como disse um de seus moradores, “a vida da gente é de acordo com a condição, e condição é a quantidade de gente, uns acolitando os outros nas necessidades e fora delas”²².

As relações sociais vividas internamente congregavam parentes e compadres que não eram iguais entre si, havendo alguma diferenciação entre a totalidade dos membros das comunidades Mato Grande e Rio Preto. Uma primeira diferenciação está vinculada à criação de gado, que como já afirmado anteriormente, é sinal de riqueza e, como tal, simboliza a diferenciação

sociais e a ausência das mesmas dão finitude a ele. Assim, o sertão é do tamanho do mundo como afirma Riobaldo, mas o mundo sertanejo tem seus limites até onde se estendem as relações sociais que vinculam os sertanejos entre si.

²² Esta palavra nasce do substantivo “acólito”, que tem o sentido de ajudante e assistente dos oficiantes de celebrações religiosas. Transformada em verbo, permanece contendo o mesmo sentido.

entre os que têm gado e os que não têm. Mesmo entre os que têm gado é possível compreender a existência daqueles que possuem um plantel bovino com um número significativo de animais e aqueles que possuem um número reduzido de gado.

Outra diferenciação interna diz respeito ao tipo de vínculo que cada família mantém com o território familiar, que para Woortmman, no caso das populações tipo camponesa, constitui-se como uma relação de honra e hierarquia. O território é o patrimônio que materializa a honra da família. Portanto, “família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral” (1990, 62). Nas coletividades Mato Grande e Rio Preto, havia proprietários de terra, como atesta o levantamento feito pela FUNATURA²³, posseiros, agregados – estes como parceiros, meeiros e empregados. Assim, a diferenciação existente em relação à terra se estrutura pela existência de famílias proprietárias e de famílias não proprietárias das terras em que se reproduzia a vida de cada um.

É possível, ainda, compreender a diferenciação dessas relações internas à cada coletividade local com as relações externas que congrega várias coletividades em um área mais abrangente. As relações externas podem ser compreendidas a partir de uma categoria nativa para nomeá-las, o *tempo do carrancismo*. Em seu estudo sobre as comunidades impactadas pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Cloude Correia informa tratar-se de uma categoria temporal por meio da qual os membros das comunidades sertanejas narram sua história, uma história “que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais” (2002, 48). Esse tempo é narrado como uma época de revoltas, como a da coluna Prestes que passou pela região, como a de Antônio Dó contra os processos de divisões de terra solicitados por algum fazendeiro e nos quais os sertanejos de menores condições sociais perdiam suas terras, mas, também, como uma época de festas, como as de Santos Reis, a de Santo Antônio na Serra das Araras em que se vivia festivamente a coletividade local e a coletividade micro-regional. Além desses conteúdos, o tempo do carrancismo informa, ainda, o sistema produtivo tradicional em que o manejo das veredas, com o “esgotamento” e a queimada em tempo certo da seca, e a caçada necessária para suplementar a alimentação eram praticados por todos.

E, finalmente, no tempo do carrancismo a terra era livre e apropriável, para esse mesmo autor, “nem todas as terras eram de fazendas, e os poucos fazendeiros, ou donos, que existiam, permitiam que as pessoas morassem nas suas terras durante vários anos sem pagar pela área ocupada, ou seja, ‘quem tinha terra morava, quem não tinha morava’ (Correia, 2002: 51).

A categoria tempo do carrancismo operacionaliza-se como um referente a partir do qual o tempo presente é lido, por todos os valores acima mencionados, “o tempo do carrancismo tem sido percebido, por

²³ Maiores informações sobre esse levantamento encontra-se no segundo capítulo deste relatório quando trato do processo de criação, implantação, consolidação e ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Ele foi base para viabilizar o assentamento de todos os membros das duas comunidades para as fazendas São Francisco e Gentio.

este e por outros motivos, como um tempo melhor que o tempo presente, ou tempo dos direitos” (Idem, ibidem: 52).

Mas voltemos à argumentação principal sobre as relações externas vividas por cada coletividade com o mundo externo. No tempo do carrancismo, é possível ler a partir da argumentação de Costa e outros (1990), que a vida social dos sertanejos norte mineiros em geral e, creio, dos *veredeiros* em particular, é marcada pela articulação do sistema das populações tradicionais com as grandes fazendas e seus proprietários. Estruturado em ritmo lento, esse sistema de relações sociais se organizava na existência de grandes fazendas com seus agregados e uma produção mercantil, e de populações tradicionais com pequenas posses, na agricultura de subsistência com produção de excedente. Entre eles, apesar da independência de cada um, ocorre a manutenção de relações, possibilitando considerar o conjunto como um “todo econômico”.

Durante o Império e, depois, atualizada na República, a segurança interna do país foi realizada pela Guarda Nacional. O governo imperial nomeou grandes fazendeiros com patentes militares, propiciando a emergência de lideranças dotadas do uso legítimo da força em prol da segurança interna. Muitos fazendeiros, vendo-se colocados em uma posição de mando e dotado do poder de utilização da força passaram a cometer desatinos e a submeter a população do seu território de mando aos seus interesses. Outros, estabeleceram relações de compadrio com as populações tradicionais construindo uma grande parentela instituindo-se como um mediador entre essas populações e o Estado numa perspectiva paternalista por meio de troca de favores, como informa Queiroz (1976) e Leal (1976) em seus estudos sobre mandonismo local e coronelismo.

Na região das veredas do grande sertão, há a história de um certo Ramiro Gomes, morador do Sítio do Meio, que sendo membro de família forte carregou para si o uso do poder da força, como recorrente no período do coronelismo. As histórias desse “coronel” sertanejo narra episódios de violência cometida contra as gentes da região e as trapalhadas que o destino lhe reservou, modernizaram-se as relações sociais e políticas, porém ele não se modernizou e tendo feito empréstimos bancários para custear as atividades da fazenda, acabou perdendo a mesma para o banco credor. E, no dizer, da “gente das veredas”, ficou mais pobre que filho de cachorro.

Mas o que interessa reter, aqui, é que no tempo do carrancismo as relações sociais e as relações políticas vividas com os fazendeiros eram marcadas pela violência, mas também pela conjugação dos sistemas produtivos das populações tradicionais e dos grandes fazendeiros, possibilitando a constituição de todos econômicos em cada área onde estas relações se imbricassem.

Após a Constituição Federal de 1988, quando o direito ao voto foi estendido aos analfabetos²⁴, as relações sociais e políticas sofreram transformações, instaurando na vida das

²⁴ A população mais velha da Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio não foi alfabetizada. A prática da alfabetização no sertão era um privilégio das famílias abastadas que contratavam professores para ensinarem a leitura e a escrita a seus filhos, as populações tradicionais não conseguiam arcar com os custos da

“gentes das veredas” uma categoria temporal recorrente no interior do país, o *tempo da política*. Moacir Palmeira estudando essa categoria, afirma que “está em jogo um certo calendário, um recorte social do tempo, com implicações objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do plantio e da safra, ou do tempo das festas e da Quaresma” (1996: 43). Para ele, nesse tempo, as municipalidades se dividem, sendo as eleições o momento crucial na vida das comunidades, devido à necessidade de incorporação de um número maior de pessoas a cada facção em disputa. A forma de adesão que compromete cada família que expõe o cartaz de seu candidato afirmando sua posição, requer por parte dos eleitores ganhos que só são possíveis na instauração do *tempo da política* ou *tempo das eleições* na vida local.

Situados na periferia do poder local, os ganhos dos membros das comunidades das populações tradicionais tanto podem ser bens coletivos, o transporte escolar para as crianças em idade escolar, por exemplo, ou bens individuais, canos para viabilizar a colocação de água em cada moradia, por exemplo, só ocorrem nessa temporalidade socialmente vivida. Durante esse tempo de buscas de adesão de eleitores são feitas promessas em troca de voto, na visão de um *veredeiros* transferido das Comunidades Mato Grande e Rio Preto, “ele veio e fez um discurso imenso e bonito sobre as promessas, que não saiu do lugar e nem perto daqui chegou”.

Fora desse tempo, bianual, em relação ao poder local, as *veredeiras* e os *veredeiros*, encontram-se situados fora de ganhos, principalmente coletivos. A ausência de um mediador político da comunidade, ou seja, um vereador, que sendo membro da comunidade a represente, propicia a manutenção dessa situação de exclusão aos benefícios advindos da administração local e, mesmo, estadual ou federal.

Sistema de festas

O sistema de festas que existiu na comunidade *veredeira* do Mato Grande e Rio Preto é similar ao existente na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio. Ele se alicerça naquilo que é recorrentemente considerado pelos estudiosos da cultura popular como constituinte do que tem sido denominado catolicismo popular. As festas são comemorações da própria coletividade metaforizada em seus santos. A vida ritual das *veredieras* e dos *veredeiros* é vista por mim naquela perspectiva em que os rituais que compõem o sistema de festa são atos de sociedade (Durkheim, 1996) por meio dos quais cada sociedade ou grupo social, celebrando seus eventos, enuncia o texto principal onde se expressa e se reproduz. Tambiah (1985), agrega a essa noção pilar da antropologia à análise lingüística de Austin (1997) e desenvolve uma concepção teórico-metodológica dos rituais que para ele são sempre momentos em que a sociedade

manutenção de um professor e por isto mesmo não se alfabetizaram. Somente em anos recente, com o processo de democratização do ensino, é que os filhos das famílias membros de populações tradicionais passaram a ter acesso à alfabetização.

analisada por meio de seus rituais pode, então ser compreendida. Por meio da estrutura externa dos eventos, os grupos humanos em festas enunciam sua realidade social, mas também reproduzem essa mesma realidade social.

A vida ritual *veredeira* é, principalmente, consoante com a argumentação desenvolvida por Queiróz (1976) quando analisou o catolicismo rústico no Brasil em que o centro da vida religiosa é o culto aos santos cuja origem remete ao catolicismo popular português. Mais que uma teologia elaborada, o culto aos santos e deidades apresenta-se para essa autora como uma possibilidade de comunicação direta com os seres divinos presentificados na imagem do santo. Por outro lado, ela vê como um dos aspectos que marca a vida religiosa dos grupos sociais populares a sua autonomia frente ao clero, que externo, participa das festas aos santos como convidados e nunca como agentes definidores da prática religiosa vivenciada.

Apoiada na sua organização social, por relações de solidariedade e reciprocidade entre parentes e compadres, a população do interior do Brasil desenvolve para com o santo as mesmas relações vividas com seus pares humanos.

Há nesses grupos, agentes religiosos locais que organizam a vida religiosa e executam as cerimônias realizadas ao longo do ano. Tendo uma função mais social que religiosa, o catolicismo rústico, para a socióloga paulista, propicia reforçar a solidariedade e a integração no interior dos grupos sociais que organizam sua vida religiosa, autonomamente, a partir do culto ao santo. Minimamente estruturado e organizado, através de ritos e crenças e com uma hierarquia de seus agentes religiosos locais, Maria Isaura afirma que os valores religiosos são auxiliares dos valores sociais cuja finalidade moral e espiritual seria assegurar a solidariedade e integração do grupo por meio de práticas de reciprocidade.

Ao trazer a concepção da vivência religiosa popular brasileira dessa socióloga paulista para iluminar a compreensão da vida religiosa *veredeira* não pretendo fazer um cotejamento de todos os aspectos que integram sua argumentação. Para mim, o que vejo como relevante é que a vida ritual das “gentes das veredas”, organiza-se historicamente pelo distanciamento dos fiéis frente aos agentes eclesiais do sagrado.

A crença no santo ocorre porque entre as duas partes é estabelecido o circuito da reciprocidade, que envolve um dar, um receber e um retribuir. Nessa tríplice dimensão da reciprocidade, o santo vincula-se ao fiel, ao mesmo tempo em que este se vincula ao santo, alimentando os mecanismos do dar, receber e retribuir, que não se fecha entre os dois, mas se abre para a comunidade em que se encontram inseridos e que dá legitimidade à relação estabelecida.

Esse mesmo mecanismo de troca é recorrente nas práticas mágicas, apesar dos aspectos diferenciados que aí se verificam, o cliente recorre ao feiticeiro/bruxo/mago, como intermediário, que articula a relação deste com as forças mágicas. Estas ao concretizarem os desejos do cliente

requerem do mesmo o atendimento de suas demandas, que devem ser realizadas por meio dos mais diversos tipos de oferendas. A ruptura dessa relação se traduz em infortúnios para o cliente, assim como a ruptura da relação do fiel com o santo desencadeia uma série de desgraças não apenas para o fiel, mas para a coletividade da qual faz parte.

As crenças e práticas mágicas operam de maneira coerente, sendo eficazes e adequadas a uma compreensão de mundo e de ação sobre ele, devido à presença de forças místicas nos atos mágicos. Dessa forma, creio poder fundamentar minha compreensão da existência de um princípio de semelhança entre vida ritual construída a partir da perspectiva religiosa e magia, expressada por meio do culto aos santos e pelas práticas e crenças mágicas, ambas eficazes na concretização dos objetivos das partes envolvidas na relação religiosa ou mágica. A instrumentalidade presente tanto nas práticas religiosas quanto nas práticas mágicas se constitui no elemento místico fundante dessa religiosidade ativa, como vivenciada pelos sertanejos do alto médio sanfranciscano, não apenas “das gentes das veredas”.

Os ritos que compõem o sistema de festa dessa comunidade *veredeira*, não os circunscrevem em si mesmos, pelo contrário, insere os seus membros numa comunidade mais ampla articulando diversas localidades para além do entorno imediato do território comunal. Como as festas estão vinculadas a determinados santos, elas ocorrem em ciclos, principalmente o natalino com as Folias de Reis, o junino, com a Folia de São João, mas também se vinculam a eventos puramente sociais, como as festas de casamento²⁵. Há que considerar como parte do sistema ritual *veredeiro* a participação na festa de Santo Antonio realizada no povoado de Serra das Araras. Nela, para uma *veredeira*, ocorrem “as rezas e a feira. E tem o encontro com os parentes espalhados pelo mundo. Ela é a maior festa que existe, mas um pode ir de qualquer jeito. Ninguém repara uns aos outros”.

A festa de São João é realizada em um pequeno povoado chamado Cajueiro e na fazenda Bela Lorena, sendo que durante a sua realização ocorre o giro da folia. É importante salientar que o giro da folia tem sido considerado pelos estudiosos de rituais de folia no Brasil como o momento da circunscrição dos membros de uma comunidade, física e simbolicamente, como pertencentes a essa mesma comunidade. Cada família, ao ser visitada pela folia durante o ciclo ritual tem reafirmado o seu pertencimento e a sua vinculação ao *mundus* que a folia circunscreve com o seu giro.

Cabe informar que, devido à transferência dessa gente das veredas para fora dos seus lugares de origem, as localidades de Mato Grande e Rio Preto, e visando contribuir para o reforço do sentido da coletividade, diversos membros de folias, moradores da Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio estão procurando organizar a realização coletiva da Festa

²⁵ Na segunda parte deste relatório, dentro do Inventário Nacional de Referências Culturais há o fichamento da festa de São João e de festas de casamento como celebrações inseridas no sistema de festa da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio.

do Divino no interior da comunidade. Dessa forma, além de possuírem um rito específico que circunscreverá os membros dos dois assentamentos como uma unidade social, eles inventam tradições, na perspectiva de Hobsbawn e Ranger (1997). Para esses autores as tradições não surgiram no princípio de cada *mundus*, elas se constituem como invenções que nas trajetórias das sociedades, os grupamentos humanos ou categorias sociais internas a eles constituem para reafirmarem a si ou para a coletividade como um todo, ou, também, a algum aspecto da vida sócio-cultural ou política.

E, por último, como parte ritual do sistema de festas há a romaria a Bom Jesus da Lapa, evento de peregrinação vivenciado pelos sertanejos dos membros da sociedade do médio rio São Francisco. Essa é uma atividade que se desenvolve, principalmente, no segundo semestre após o beneficiamento da produção quando os sertanejos encontram-se capitalizados e podem realizar tal périplo. Em tempos passados a romaria era feita coletivamente a pé, em cavalgadas até ao lócus da romaria ou até Januária onde se pegava o vapor para se dirigir ao santuário do Bom Jesus. Atualmente a romaria é feita em ônibus que articula uma quantidade necessária de romeiros para completar a lotação do veículo. Essas romarias são coordenadas por moradores da cidade de Formoso.

Há que considerar, fora do sistema de festa, mas vinculado a ele devido à proximidade entre a perspectiva religiosa e a perspectiva magia, as peregrinações a curadores na cidade de Cocos, no sudoeste baiano e na cidade goiana de Damianópolis. Aqueles que se lançam nessas viagens buscam curas espirituais e a realização de contra-feitiços que os libertem de males impingidos por algum desafeto. Esse tipo de atividade é recorrente no sertão sanfranciscano e, creio, advém da ampla participação de descendentes de africanos que se refugiaram no sertão e que viviam livres e distanciados da escravidão vigente no país até fins do século XIX.

Sistema produtivo

Como parte da organização social dessa gente das veredas, o sistema produtivo constitui-se como elemento importante por meio do qual a vida social *veredeira* encontra seus meios de reprodução da comunidade como um grupo social específico.

O sistema produtivo da Comunidade Mato Grande e Rio Preto é resultante do imbricamento de atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, sendo, por isso, mesmo denominado de sistema agro-extrativista. Na implementação desse sistema que garante a

reprodução de cada família há um princípio que permite diferencia-lo do tipo de agricultura desenvolvida com caráter mercantil. As populações tradicionais estruturam seus sistemas produtivos recorrendo o mínimo possível a fatores externos e maximizando os fatores internos viabilizados pela natureza em decorrência do conhecimento que constroem, ao longo da história, sobre o uso da terra, da vegetação e dos animais.

Em seu estudo sobre dessas e de outras comunidades dessa região do sertão sanfranciscano, Andréa Jacinto informa que

aqui encontramos pequenos agricultores, residindo próximos aos cursos de água, utilizando-se do cerrados e suas várias formações²⁶ como “áreas comunais”, onde se cria o gado solto, coletam-se frutos e plantas medicinais e, antes da criação do Parque Nacional, costumava-se caçar (1998, 43).

A mesma autora também informa que a base econômica apóia-se, principalmente, na agricultura com o cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, cultivadas em áreas descontínuas e a distâncias relativas do espaço da casa. É informado também que os arrozais estão localizados em áreas irrigadas com a técnica do “esgoto”, ou seja, estreitos canais construídos a partir das veredas para a irrigação das áreas cultivadas.

A prática da drenagem de áreas alagadas, notadamente, as veredas, propiciou à população regional do sertão sanfranciscano categorizar à população do extremo oeste do norte de Minas como *veredeira*, devido a ser esta uma especificidade dessa população no mosaico identitário regional. A agricultura de vereda constitui-se, pois, em um patrimônio dessas comunidades vivendo nas cercanias dos rios Carinhanha, Preto e nas Fazendas Mato Grande e Santa Rita, assim como nas comunidades de suas circunvizinhanças como no caso do quilombo do Vão do Buraco e do Buraquinho.

A produção agrícola destina-se, sobretudo, para o consumo familiar²⁷, assim como, a produção das hortas, cultivadas em brejos, ou áreas que margeiam o curso de água mais próximo. Também o criatório de pequenos animais, sobretudo as aves, galinhas, cocás e perus, destina-se para o consumo familiar.

A descontinuidade das áreas onde as *veredeiras* e os *veredeiros* realizam a sua agricultura se deve principalmente à utilização diferenciada do território familiar, este é dividido em unidades eco-geográficas diferenciadas. O entendimento sobre os espaços foi construído por Carlos Dayrell (2002) no estudo que fundamentou parte do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do

²⁶ Entre as várias formações vegetais características dos cerrados e encontradas na área do Parque estão: o cerrado, campo cerrado, campo sujo, campo limpo e sujo, o carrasco, e as veredas.

²⁷ Andrea Borghi Jacinto informa que em passado, ainda recente, “excedente era vendido em cidades, como Januária, ou em feiras e festas anuais - como a de Santo Antônio, na Serra das Araras -, onde também se compravam mantimentos como o sal, açúcar e farinha” (1998, 44)

Parque Nacional Grande Sertão Veredas em quatro das comunidades *veredeiras* que existem nesta área. Apesar de pequenas variações entre as quatro comunidades foram reconhecidas como unidades eco-geográficas, por um lado, brejo, vargem, capão, cerrado ou chapada e carrasco e, por outro lado, boqueirão, grota, cultura e carrascão.

Para este autor “estas unidades estão correlacionadas

Estas unidades estão correlacionadas com a posição na paisagem, com os tipos de solos, vegetação e proximidade com o lençol freático. Em cada unidade identificam o potencial produtivo, as culturas mais adaptadas, em alguns casos variedades e aspectos específicos do manejo” (2202, 10).

Não fiz levantamento sobre os espaços eco-geográficos dos territórios familiares das comunidades Mato Grande e Rio Preto porque a idéia de se fazer a sua caracterização é decorrente do próprio ato de inscrever textualizadamente a vida dessa comunidade *veredeira* antes da transferência e depois da transferência para poder cotejá-las e evidenciar os impactos sofridos com a implantação em seu território de origem de uma unidade de conservação, ou seja, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A Agricultura Veredeira

Há que considerar que a agricultura praticada pelos membros dessa população tradicional se diferencia em termos de apropriação da terra e em decorrência do ciclo climático. Essa diversidade de apropriação da terra cultivável propiciou a leitura de cultivos em áreas descontínuas.

Recorro à leitura de Dayrell (2002) para construir uma visão sobre a agricultura *veredeira* nas diversas unidades eco-geográficas. Para esse autor, nos brejos ou veredas, ocorre um manejo sensível em que o “uso tradicional pouco afetou a sua dinâmica” (2002, 11). Nesse espaço, apesar da produção ser pouco afetada pela irregularidade das chuvas devido à drenagem realizada, o cultivo mais comum é o do arroz no período das chuvoso e o de feijão e o de milho, em duas safras – março e julho - no período da seca. Também se cultiva a mandioca, a banana, o abacaxi, a cana-de-açúcar e hortaliças diversas.

Nas vargens dá-se pastoreio do gado e junto com as queimadas provocam degradação deste ambiente. No capão, ou terra de cultura, a fertilidade do terreno o faz uma área nobre para o cultivo de milho, mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador, andu, cana-de-açúcar, etc. Nesta área localizam-se as casas dos membros das famílias e, também, situam-se os pequenos pomares. Nestes há uma grande variedade de frutíferas, em sua maioria utilizados para o consumo familiar “in natura” ou para a fabricação de doce em pequena escala.

Os outros espaços eco-geográficos não são utilizados para o desenvolvimento da agricultura. Alguns produtos agrícolas são beneficiados pelas famílias e, em muitos casos, constitui-se como um momento de reafirmação de vínculos entre parentes, vizinhos e compadres. A lógica subjacente a essa atividade é aquela da garantia do auto-sustento familiar com a venda do excedente. Os principais produtos beneficiados são a mandioca e a cana-de-açúcar que são processados na tarimba, ou oficina de farinha, e no engenho. Apesar de não serem de propriedade comum, o uso dessas engenhocas são coletivos, propiciando ao proprietário algum ganho quando do término do beneficiamento.

Da mandioca faz-se farinha e goma e da cana-de-açúcar faz-se rapadura e aguardante. Para Dayrell “o beneficiamento da mandioca e da cana impõe um vínculo forte com o extrativismo, uma vez que estes dependem da lenha para a produção da farinha, beiju, da rapadura e da aguardante. Há algum beneficiamento do milho para a produção de farinha de milho, mas este cultivo é, principalmente, vinculado à criação de animais, principalmente de aves” (2002, 12).

A Pecuária veredeira

A pecuária constitui-se como atividade imprescindível para essa população tradicional. Como parte do mundo sertanejo do médio Sanfranciscano é essa atividade que permite a vinculação dessa população à comunidade regional, toda ela construída no criatório de gado. Há criações de bovinos, eqüinos e suínos. Como afirmado por Andréa Jacinto (1998), a criação de animais funciona como reserva de valor a que os sertanejos recorrem em caso de necessidades, mas, também, constitui-se como um símbolo de “riqueza”. Como afirmado por essa mesma autora, a riqueza entre os sertanejos não diferencia radicalmente o modo de viver, os hábitos e os costumes entre as pessoas, além do que, ela se relaciona, sobretudo, com a produção agropastoril e com os bens de que um dia, em caso de necessidade, se pode dispor, como o gado enquanto reserva de valor.

Para Dayrell (2002), O gado tem no pastoreio nativo o elemento chave na criação. O manejo e a solta do gado nas chapadas, tratadas como áreas comunais mesmo que privatizadas, apresenta-se como extremamente favorável devido à existência de diversos tipos de capim, mas, também, pela presença de leguminosas e outros frutos naturais, além da existência de espécies vegetais utilizadas pelo gado para tratamento veterinário. Nesse aspecto, os próprios membros das comunidades sertanejas recorrem a essas espécies para tratamento do gado.

O Extrativismo veredeiro

O extrativismo que fazem parte do sistema produtivo por ser construído dentro de uma lógica no processo de provisão dos meios de reprodução familiar. Essa atividade constituinte do

sistema produtivo é desenvolvida em todas as unidades eco-geográficas, mas principalmente, nas veredas e nas chapadas. Para Dayrell (2002), os usos extrativistas de cada um dos espaços constitutivos do território familiar e coletivo derivam das condições naturais que esses espaços possuem. No carrasco, que parece uma transição de cerrado para caatinga arbustiva, as *veredeiras* e os *veredeiros* aproveitam a lenha, as frutas e as plantas medicinais. No cerrado ou chapada realiza-se a solta do gado, coleta-se frutos, temperos, madeira e plantas medicinais, além, é claro que antes da transformação dos animais selvagens em “fauna”, para a caça, que complementava a alimentação familiar. Nas veredas ou brejos são extraídos frutos, folhas e pendões dos buritis.

O extrativismo junto aos buritis constitui-se em elemento importante para essa população tradicional, pois dele além de se retirar o fruto para alimentação, como doce, ou paçoca, ou farinha, retiram-se folhas para a cobertura da casa *veredeira*, para o telhado ou para as paredes externas, para a produção de esteiras, chapéus, bolsas e etc. Há, ainda, a produção de móveis, portas e janelas com o pendão devido à dureza da casca e a maciez do miolo, de onde se retira material para fazer gaiolas e alçapões.

Essa produção vinculada ao buriti constitui-se no modelo tradicional *veredeiro* como crucial para a viabilização de uma condição de vida mais confortável para todas as famílias. Devido à qualidade e beleza dos artefatos feitos, eles passaram a ser considerados pelas populações urbanas que visitam esta região como artesanatos e passaram a ser comercializados para essas mesmas populações. Entretanto, é necessário frisar que para as *veredeiras* e os *veredeiros* estes artefatos são equipamentos e utensílios recorrentemente utilizados na vida diária.

Em resumo, como procurei evidenciar, o sistema produtivo *veredeiro* é resultante dos vínculos estabelecidos entre a agricultura, a pecuária e o extrativismo que são desenvolvidos em espaços diferenciados do território familiar e coletivo, cada um com um manejo distinto e diversificado, mas tendo na utilização das veredas o eixo fundamental para sua maximização e para a viabilização da reprodução familiar em condições dignas de vida.

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Recorro para a escritura desta seção às informações contidas no site da FUNATURA: www.funatura.org.br e a relatórios produzidos semestralmente na mesma entidade para apreciação e avaliação internas dos processos vigentes.

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas, possui atualmente uma superfície de 231.000 hectares e se localiza em áreas dos Estados de Minas Gerais e Bahia, nos municípios mineiros de Formoso, Chapada Gaúcha e Arinos e no município baiano de Cocos. Esta unidade de

conservação, criada por Decreto Lei 97.658 de 12 de abril de 1989, foi ampliada por novo Decreto em 21 de maio de 2004.

O mesmo vincula-se ao Bioma Cerrado e com ecossistemas compostos pelas seguintes fitofisionomias: cerrado senso *strictu*, campos limpo e sujo, matas de galeria, veredas e carrascos (transição entre cerrado e caatinga).

Em seu Plano de Manejo são consideradas atividades que poderão ser desenvolvidas em seu interior, tais como Educação ambiental, uso público - em fase de planejamento, com visitação autorizada pelo Ibama, fiscalização e pesquisa.

Atualmente existem diversas atividades conflitantes com o princípio de conservação desta unidade, principalmente, a ocorrência de situação fundiária irregular, incêndios no período mais seco do ano, agricultura mecanizada em fazendas limítrofes ao parque que se dedicam à monocultura da soja e de capim para comercialização de sementes, a criação de gado em áreas não-desapropriadas, a existência de estrada intermunicipal que corta parte da unidade de conservação e que não sendo pavimentada contribui para a degradação em seu entorno e a extração de recursos vegetais.

Os acessos ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas podem ser terrestres e aéreos, ocorrendo necessariamente a conjugação entre os mesmos. Por meio terrestre há opções a partir da origem.

Saindo de Brasília, pela saída sul: BR-251 até Unaí. Em seguida dirige-se até Arinos, por 150 km de asfalto e a partir de Arinos 90 km de estrada de terra até o município de Chapada Gaúcha, com um total de 420 km. Pela saída norte: BR-020, passando por Formosa/GO, mais 18 km, até a GO-346 para Cabeceiras/GO. A partir daí, seguir em direção a Buritis pela MG-202 até o entroncamento para Arinos, em trecho de 42 km de estrada de terra. Seguir para Arinos, passando por 67 km por via asfaltada. A partir de Arinos, mais 90 km em direção a Chapada Gaúcha, também em estrada de terra, que perfazem um total de 370 km. E, pela saída norte: BR-020, passando por Formosa/GO, seguindo para Alvorada do Norte/GO, com 270 km e depois para Formoso/MG em 85 km de estrada de terra. De Formoso até Chapada Gaúcha, mais 120 km em estrada de terra com um total de 475 KM.

Saindo das regiões central e sul de Minas Gerais, a partir de Belo Horizonte ou passando pela capital, vale a pena passar por Cordisburgo/MG, cidade do escritor João Guimarães Rosa. Na cidade, existe um museu em sua homenagem. O acesso é feito pela BR-040, a 90 km da capital. Pela BR-040, a 25km da entrada de Cordisburgo, segue-se pela BR-135, em direção a Montes Claros/MG. A partir daí, seguindo pela mesma rodovia, BR-135, chega-se a Januária com uma distância de 160 km. De Januária, seguir para Serra das Araras por 115 km em estrada de terra e até Chapada Gaúcha, com 40 km, também, em estrada de terra. O percurso total é de 315 km.

A partir de Montes Claros pode-se seguir ainda, pela BR-135 e desviar-se para a cidade de São Francisco, com 156 km. Desta cidade, atravessa-se o rio São Francisco por meio de balsa e percorre-se uma estrada de terra até Chapada Gaúcha, passando por Serra das Araras, com um percurso de 130 km. No total entre Montes Claros e o Parque há 286 km.

Saindo da Bahia ou da região nordeste há duas opções. A primeira, para quem vem da Bahia, pegar a BR-116, ou Rio-Bahia, passando por Vitória da Conquista, entrar para a BR-251 em cerca de 20 km após a divisa entre os estados da BA e MG. Seguir pela BR-251 até Montes Claros/MG, quando se pode optar por um dos dois caminhos descritos acima.

A Segunda opção, passando por Feira de Santana/BA, seguir pela BR-242 até Ibotirama/BA, quando deve-se seguir em direção a Bom Jesus da Lapa/BA, por 130 km. Até a divisa dos estados, são 140 km de estrada asfaltada, quando se segue em direção a Manga/MG e, de lá, a Januária/MG, por 104 km, sendo 45 km de estrada de terra e o restante pavimentada. De Januária até Serra das Araras, são cerca de 115 km em estrada de terra, continuando até Chapada Gaúcha mais 40 km de estrada de terra.

Quanto aos trajetos aéreos, há aeroportos próximos que operam com aviões de grande porte em Brasília/DF e em Montes Claros/MG. Para Brasília, há vôos de todas as capitais do Brasil. Para Montes Claros, os vôos diários originam-se em Belo Horizonte, Salvador e São Paulo. De Brasília e de Montes Claros segue-se por via terrestre, conforme descrição anterior.

A criação

Maria Tereza Jorge Pádua²⁸

Contou-me o Dr. Célio Vale que em um bate-papo de membros do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, o Dr. Ângelo Machado, hoje presidente da Biodiversitas – sugeriu a criação de um Parque Nacional na região do Grande Sertão Veredas.

A sugestão logo ganhou corpo entre aqueles mineiros conservacionistas e começou a ser ventilada.

²⁸ Publicado no Boletim Funatura, no. 3 de junho de 1989.

Quando da criação da Funatura, Fundação Pró-Natureza, em julho de 1986, o Dr. Célio Vale, ao ser convidado para integrar o seu Conselho Científico, disse para esta Presidente: “Precisamos fazer algo pelo Grande Sertão Veredas”.

Nos pareceu uma excelente idéia. A Funatura tem sua sede em Brasília, área nuclear do Cerrado, o segundo maior bioma do Brasil contemplado com apenas 1% da sua área com unidades de conservação, e que assiste a uma célere devastação para dar lugar a grandes monoculturas, em especial de grãos.

Com a ajuda do Conselheiro Bráulio Dias foi preparado um projeto intitulado “Conservação dos Gerais - Rio São Francisco” (Grande Sertão Veredas).

Assim foi iniciado o projeto. Primeiramente, as imagens de satélite da região dos Gerais – cerca de 13 milhões de hectares – foram adquiridas (1986). Através destas imagens foram pré-selecionadas nove áreas da região dos Gerais como potenciais unidades de conservação.

Posteriormente se fez sobrevôos e se verificou que muitas delas já haviam sofrido profundas alterações antrópicas. Sobraram três para os estudos de campo e começaram as expedições às áreas selecionadas com professores da UnB, técnicos do ex-IBDF, da ex-Sema, do Centro de Recursos Ambientais – CRA (BA), do IEF – Instituto Estadual de Florestas (MG) e com especialistas da Funatura.

Duas áreas foram finalmente propostas: sete em Minas Gerais e três na Bahia.

Nos feriados da Semana Santa, do ano 1988, o Dr. Bráulio Dias, o Dr. José Machado Neto, ambos membros do Conselho de Administração da Funatura, sua presidente Maria Tereza Jorge Pádua, o diretor de Marketing, Nikolaus von Behr e um fotógrafo profissional, Carlos Terrana, visitaram a área.

Voltamos com a firme convicção de que um Parque Nacional deveria ser criado imediatamente na região, pois a soja já estava muito perto dos limites propostos. Levamos nossa proposta ao Dr. Fernando César Mesquita, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que concordou no ato em propor a criação de um Parque Nacional. O próprio presidente José Sarney ouviu-me a respeito da proposta.

Finalmente, no dia 12 de abril, com o lançamento do Programa Nossa Natureza, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado.

Foi um alívio para todos nós e uma enorme alegria. Afinal, a Funatura estudou a área durante dois anos, fez diversos levantamentos de geomorfologia, flora, fauna, hidrologia, fundiário e delimitação, gastando para isso cerca de US\$ 95 mil da Sema, WWF e The Nature Conservancy e nossa enorme apreensão era essa: de que adiantarão tantos estudos se não conseguirmos criar a unidade de conservação? O trabalho estará perdido e perdida também a chance de o Brasil contar com este magnífico Parque Nacional. São 84 mil hectares na região dos Gerais, com veredas, cerrados e carrasco.

As belas e enormes veredas abrigam o buriti (*Mauritia vinifera*) e também buritirana (*Mauritia aculeata*). É a primeira área protegida do País a abrigar o “carrasco”. Muitas espécies endêmicas lá se encontram e muitas espécies da fauna ameaçadas de extinção, como o lobo-guará, o veado-campeiro, o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra, entre outras.

As chapadas e as veredas proporcionaram enorme beleza paisagística bem como as múltiplas nascentes e os rios que drenam o Parque Nacional.

A conservação da área, além do valor ecológico, apresenta, também, valores histórico e cultural, tão bem retratados por Guimarães Rosa, no seu magnífico livro Grande Sertão Veredas.

Muitas vezes nós, conservacionistas profissionais, nos frustramos e nos perguntamos: - Será que vale a pena?

A criação deste Parque Nacional representa uma enorme vitória de duas entidades conservacionistas e ambientalistas do Brasil: o Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais e a Funatura.

A todas nossas co-irmãs que nos ajudaram na proposta, obrigada. A SOS Mata Atlântica, a OIKOS, a FCBN, a Adema, a SBPC, a Pró-Natura, ao Deputado Fábio Feldman, ao Dr. Carlos Henrique Abreu Mendes, ao Dr. José Carlos Carvalho, ao Dr. Paulo Nogueira-Neto, ao Dr. José Pedro Oliveira Costa e ao Dr. José Cláudio Junqueira.

Assim, valeu a pena. Valeu sim.

Ficou novamente demonstrado o quanto podem as entidades ambientalistas.

A Implementação e Consolidação

Em 2004, ano que se comemora os 15 anos de criação, o Grande Sertão teve finalmente sua área ampliada, através da assinatura de Decreto em 21 de maio, véspera do Dia Internacional da Biodiversidade. Através dele, fica garantida a proteção de 231 mil hectares, que estavam ameaçados pelo avanço da agricultura, pelos desmatamentos criminosos, pela construção de estradas e pela proliferação de carvoarias clandestinas.

Administrado em co-gestão entre a FUNATURA e o Ibama, o Parque Nacional é hoje um dos principais projetos desenvolvidos pela fundação, a partir do qual vários outros foram iniciados e estão em pleno desenvolvimento, não apenas relacionados à implementação de [Reservas Particulares do Patrimônio Natural](#) (RPPNs) na região do entorno, como outros de incentivo à criação de outras categorias de unidade de conservação e desenvolvimento sustentável nas comunidades próximas.

Conhecer e garantir a preservação do Grande Sertão, muito antes até de sua criação, sempre esteve entre as prioridades da FUNATURA, responsável inclusive pela elaboração de seu

Plano de Manejo, principal referência para centenas de pesquisadores e estudos realizados ao longo dos anos.

A ação estatal e da sociedade civil organizada

A ação do Estado e a ação da Sociedade Civil organizada contribuíram significativamente para a implantação e consolidação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Conforme informações da própria FUNATURA, disponibilizado em seu sítio eletrônico, foram executados 20 projetos na região desta unidade de conservação, sendo que, apenas, 6 foram realizados com financiamento do Governo Federal ou Estadual, 2 com financiamento do Estado e da Sociedade Civil organizada, enquanto 12 foram integralmente financiados pela Sociedade Civil organizada por meio de entidades como a WWF, a Fundação O Boticário, o Unibanco, dentre outros.

Muitos dos financiamentos realizados por Organizações Não Governamentais visavam o desenvolvimento de estudos sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e, também, visando dotar o mesmo de infra-estrutura e de pessoal capacitado para coordenar esta unidade de conservação e conscientização ambiental. Dentre os estudos realizados pode-se conhecer que em toda a extensão da unidade de conservação, verificam-se características diversas do bioma Cerrado, como cerrado sentido restrito, cerradão, cerrado ralo, carrasco, ou transição entre cerrado e caatinga, vereda, mata de galeria, formações campestres consideradas como campo sujo e campo limpo.

Nos estudos quanto à flora foram catalogadas no parque 623 espécies de plantas em 366 gêneros e 109 famílias. Se for considerado o total de espécies encontradas no Parque e o total de espécies citadas para o bioma Cerrado, verifica-se que o Parque abriga 9,7% das espécies então identificadas para o bioma. O buriti, palmeira das veredas, é a espécie-símbolo do Grande Sertão, imortalizada desde a obra de Guimarães Rosa.

Quanto às aves, foram reconhecidas um total de 244 espécies de aves no interior do Parque Nacional Grande Sertão Veredas até o ano de 2003. A área de maior diversidade identificada por estudos realizados e constantes do Plano de Manejo foi a mata ciliar do rio Carinhanha. Várias aves são de ambientes aquáticos e encontradas unicamente nas veredas desta unidade de conservação. Dentre as espécies ameaçadas, destaca-se a arara-canindé (*Ararauna*), que depende muito dos frutos de buriti para sua sobrevivência. Embora não seja considerada sob ameaça nacionalmente, está listada como vulnerável no estado de Minas Gerais. Duas aves da Lista de Espécies Ameaçadas e ausentes da lista do Parque, podem estar presentes no local, conforme registros do pessoal da unidade: o Bicudo (*Oryzoborus maximiliani*) e o gavião-de-penacho (*Harpyhalyaetus coronatus*), uma das maiores aves de rapina do País.

Em relação aos mamíferos, foram identificadas no Parque Nacional Grande Sertão Veredas 56 espécies pertencentes a dez ordens de mamíferos, ou seja, um terço do total de espécies de ocorrência confirmada para o bioma Cerrado. Pelo menos nove espécies estão incluídas na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção: cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), gato-palheiro (*Oncifelis colocolo*), gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*) e suçuarana (*Puma concolor*).

Os estudos sobre répteis e anfíbios revelam a presença de 22 espécies de anfíbios e 31 espécies de répteis. Sobre os anfíbios, destaca-se que a comunidade registrada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas possui uma composição esperada para o cerrado, mas há também espécies de caatinga. Entre as ameaçadas de extinção, está o jacaré-coroa (*Paleosuchus palpebrosus*), única espécie registrada que é reconhecidamente ameaçada de extinção.

A ictiofauna dos córregos, veredas e pequenos rios que drenam a bacia do rio Carinhonha, na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com base em amostras coletadas, revelou a presença de 62 espécies nativas (não foram encontradas espécies exóticas).

O primeiro convênio entre o Ibama e a FUNATURA foi celebrado em 1990, com o objetivo de executar atividades vinculadas à implantação do parque. As primeiras iniciativas foram do Ibama e a FUNATURA, a partir do convênio, começou a captar recursos visando à implementação da unidade de conservação. Em 1995, novo convênio foi assinado entre Ibama e FUNATURA, desta vez firmando a parceria de co-gestão, através de um Termo de Cooperação Técnica. Inicialmente, a coordenação dos trabalhos esteve a cargo dos biólogos Elmar Andrade e Raul Duzi, seguido pela ecóloga Lourdes Ferreira e a partir de 1997, a coordenação tem sido do engenheiro florestal Cesar Victor do Espírito Santo, com a colaboração de profissionais e técnicos e pessoas da própria comunidade, que de moradores adotaram o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e transformaram-se em guarda-parques – uma atividade que ainda garante o sustento de diversas famílias.

O planejamento estratégico para sua consolidação

Entre os principais trabalhos desenvolvidos pela FUNATURA desde a criação do Parque, destaca-se o Plano de Manejo, importante instrumento de gestão de unidades de conservação. Aprovado em dezembro de 2003 (Portaria Ibama nº. 78), o documento foi realizado em parceria com o Ibama, subsidiado com suporte técnico e financeiro das duas instituições. A FUNATURA também contou com apoio financeiro da The Nature Conservancy (TNC) e da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN).

Entretanto foram desenvolvidas ações de planejamento que resultaram no Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco e Gentio, elaborado com a participação dos

membros das famílias da comunidade transferida das fazendas Mato Grande e Rio Preto pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília e da Universidade de Viçosa durante o ano de 2001 e 2002.

O planejamento do desenvolvimento da Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio centrou-se em ações voltadas para a área social e de produção, tendo com conteúdos que representam a efetiva participação dos assentados em todo o processo. Os membros da equipe que construiu o PDA, julga que

O Assentamento São Francisco apresenta condições favoráveis para iniciar um processo de desenvolvimento econômico, social e cultural, apesar dos problemas identificados, principalmente, na área do meio ambiente.

Para superar os problemas, os assentados contam com o apoio, por meio da elaboração e execução de projetos específicos de diversos parceiros: Fundação Pró-Natureza (FUNATURA); Universidade de Brasília, representada pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GTRA); Universidade de Viçosa, representada pelo Departamento de Economia Rural; EMBRAPA Cerrados; dentre outros (2002, 98)

Os planejadores concluíram o planejamento afirmando que o apoio logístico, financeiro e organizacional dos parceiros acima relacionados era fundamental se aliado à orientação técnica integral com a presença agrônoma na vida *veredeira*, pois se constituíam em fatores diferenciais para garantir a sustentabilidade das famílias assentadas. E, finalmente, postulam que “no entanto, o êxito das ações desses parceiros depende de sua forma de intervenção, que deve ser conservadora e não tutorial, respeitando os valores culturais e a autonomia das famílias assentadas (2002, 98).

Financiado pelo PROBIO do Fundo Nacional para o Meio Ambiente, com o apoio da FUNATURA, do Ministério do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Pesquisa, do IBAMA e das Prefeituras Municipais de Formoso e Chapada Gaúcha foi constituído uma equipe técnica, multidisciplinar, que conduziu as ações dos Grupos de Trabalho sobre Agroextrativismo, de Turismo, de Agroecologia e Sistema Agrossilvipastoril. Durante o período de atividades foi produzido o Plano de Desenvolvimento do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Importante salientar que os GTs foram constituídos por técnicos de formação acadêmica que realizaram consultorias durante o processo de construção do referido plano e com a participação das comunidades do entorno do Parque e de membros de entidades locais de Chapada Gaúcha e Formoso, bem como por moradores destes dois municípios.

O objetivo proposto para o planejamento do desenvolvimento das comunidades do entorno era a

interação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas com o contexto social, econômico, cultural e ecológico em que o Parque se insere. A intenção é de promover o desenvolvimento do entorno do PNGSV, melhorando a qualidade de vida da comunidade sem colocar em risco a integridade do Parque. O plano parte do pressuposto que o PNGSV é um indutor do desenvolvimento da

região, gerando renda e contribuindo para o fortalecimento da economia local (2002, 85).

Há que considerar que o planejamento do desenvolvimento sustentável do entorno do Parque deu ênfase

“a conservação dos atributos naturais do Parque aliada ao desenvolvimento sustentável do seu entorno, procurando-se estimular de maneira enfática as atividades mais fortemente relacionadas com os aspectos culturais e econômicos da região (2002, 86).

Todas as ações constantes no referido planejamento estão vinculadas ao desenvolvimento de sistemas produtivos em bases sustentáveis com a introdução de manejo agrossilvipastoril e de serviços vinculados ao Parque Nacional, fortalecimento do associativismo, incentivo ao resgate e enraizamento das tradições, manifestações culturais e históricas locais.

Procurando constituir-se como mediadora e parceira da comunidade dos remanescentes do Parque Nacional e com as comunidades do entorno, a FUNATURA procurou viabilizar recursos junto a organismos do aparelhamento de Estado federal e mineiro, bem como, junto a entidades da sociedade civil organizada, visando contribuir desde o levantamento da região dos Gerais até a implementação do Parque, o treinamento de funcionários, publicação de livros a partir do saber dos *veredeiros* que foi coletado por acadêmicos da área ambiental. Dentre os projetos financiados pelos organismos de Estado, vinculam-se, principalmente, aqueles voltados para a concretização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, como demarcação, conscientização da população sertaneja do entorno desta unidade de conservação e, principalmente, para a elaboração do planejamento tanto do manejo do Parque Nacional, quanto do desenvolvimento da Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio e das comunidades do entorno.

O Inventário Nacional de Referências Culturais financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional constitui-se como uma das ações viabilizadas por um dos parceiros da Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, a FUNATURA, para contribuir com a ênfase requerida pelos planejadores das ações a serem implementadas nesta comunidade de assentados e nas comunidades do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A transferência dos *veredeiros*

A dominalidade das terras na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas compõem-se de diversas situações demonstrando as diferenciações internas à situação fundiária ocorrente no Brasil, situações que fogem ao paradigma da propriedade privada das terras²⁹. Por exemplo, de acordo com o

²⁹ As informações que compõem esta seção foram retiradas do Plano do Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Plano de Manejo do Parque, há uma pessoa que se diz proprietário de 29.560 hectares e solicitou ao IBAMA a troca destas áreas por Créditos de Reposição Florestal. Este mecanismo é previsto na portaria do IBAMA Nº71-N de 05/06/1998. No entanto, de acordo com o próprio proprietário, apenas 12.820 hectares estão em situação regular. O restante apresenta problemas. Outros casos estão relacionados com espólios cujos inventários não foram concluídos ou mesmo a falta de inventários. Há, também, fazendas com extensões de áreas registradas diferentes do que efetivamente existe no terreno.

Conforme o Plano de Manejo do Parque, até junho de 2003, apenas cerca de 21% do Parque estava com sua situação fundiária regularizada. O restante ainda não foi desapropriado, estando com processos de desapropriação formados no IBAMA ou na esfera judicial por iniciativa dos próprios proprietários. Uma pequena parte não possui, ainda, nenhum processo iniciado. A área já adquirida pelo IBAMA corresponde a 17.372,29 hectares e as áreas ainda não indenizadas, encontram-se em mãos de grandes, médios e pequenos proprietários e posseiros.

As situações de dominalidade deverão ser cuidadosamente analisadas antes de efetuar-se as indenizações. Aliás, estas precauções já estão sendo consideradas pela equipe do IBAMA que está acompanhando os processos de desapropriações do Parque. De acordo com o IBAMA, todas as indenizações serão feitas por meio judicial.

Em levantamento sócio-econômico realizado, pela FUNATURA, entre 1997 e 1998, foram cadastradas 90 famílias vivendo no interior do Parque. Nesse período, das 90 famílias que residiam na área da unidade de conservação, haviam 38 Posses com área média de 24 hectares, 27 Imóveis Próprios com área média de 228 hectares. Os proprietários desses imóveis distribuem-se entre Pequenos, com 7 Imóveis abaixo de 40 hectares e 9 Imóveis acima de 40 hectares e abaixo de 100 hectares. Entre os proprietários Médios, haviam 7 Imóveis acima de 100 hectares e abaixo de 500 hectares. E, finalmente, os Grandes proprietários com 4 Imóveis acima de 500 hectares;

Fruto do modo de apropriação de terras no Sertão, ocorrem na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas 15 Concessões com área média de 40 hectares. Havendo, ainda, 10 Famílias moradoras, cujos chefes da família são empregados de fazendeiros ou do IBAMA, trabalhando como vaqueiros, guardas-parque, etc.

No levantamento sócio-econômico realizado com as 90 famílias, foi inserida uma pergunta sobre como cada família achava que sua situação fundiária poderia ser resolvida, considerando o fato de serem residentes no interior de um Parque Nacional que, conforme a legislação sobre o assunto, não é permite a presença de pessoas vivendo em seu interior. Em termos totais, 66% de todas as famílias moradoras do Parque, ou seja, 59 em números absolutos, aceitariam ser reassentadas em área próxima ao Parque com condições semelhantes às vividas até então, 22%, ou seja 20 famílias em números absolutos, queriam ser indenizadas. E, finalmente, 12% de todas as famílias, ou seja, 11 em números absolutos, não tinham posição firmada.

Numa leitura por categoria de dominalidade, a resposta à questão evidenciou que para os posseiros, 92% aceitariam ser reassentados em área próxima ao Parque com condições semelhantes às que viviam, 5% pretendiam ser indenizados e 3% não tinham posição firmada. Os

proprietários sejam pequenos, médios e grandes proprietários, posicionaram-se diversamente. Enquanto entre os pequenos proprietários, aqueles com menos de 100 hectares, 62% aceitariam ser reassentados em área próxima ao Parque com condições semelhantes à vivida, 38% queriam ser indenizados. De forma diversa, a totalidade dos médios e grandes proprietários, ou seja, aqueles com mais de 100 hectares de terra, pretendiam ser indenizados.

Entre os concessionários, 60% aceitariam ser reassentados em área próxima ao Parque com condições semelhantes às vividas e 40% não responderam. Quanto aos empregados, 50% aceitariam ser reassentados em área próxima ao Parque com condições semelhantes às vividas, 40% não responderam e 10% queriam ser indenizados.

A FUNATURA, em conjunto com o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, fizeram gestões junto ao Ministério de Política Fundiária e ao INCRA para verificar a possibilidade do reassentamento através do programa de reforma agrária do Governo Federal. Houve um entendimento de todas as partes de que isto poderia ser feito e poderia representar um exemplo para resolver problemas semelhantes de outras unidades de conservação.

Em discussão com os posseiros, pequenos proprietários, empregados e outros, desde 1997, norteou a tomada de posição a busca de melhor forma de resolver a situação dos mesmos de maneira que eles mantivessem as suas características sócio-culturais e produtivas. Assim, após diversas reuniões comunitárias, visitas domiciliares e a aplicação do questionário do levantamento sócio-econômico com todas as famílias que moravam nas fazendas Mato Grande e Rio Preto, chegou-se a conclusão de que a melhor forma de resolução seria a re-alocação das famílias em uma área próxima ao Parque. A localização que melhor se enquadrava para esta situação deveria estar situada no município de Formoso, pois a maioria dos moradores mantem maior ligação com este município.

Outra questão que orientou a definição da área era a busca de condições semelhantes às vividas em termos de solo, água, relevo e paisagem. Além disso, salientou-se sobre a importância de se manter, na nova área, a estrutura e organização da comunidade, ou seja, as situações encontradas no Parque em termos de laços de família, compadrio e vizinhança seriam respeitadas e, na medida do possível, reproduzidas no futuro assentamento.

O passo seguinte foi informar às famílias que seriam transferidas sobre a proposta de realocação através do programa de reforma agrária, o que isso implicaria e que benefícios cada família passaria a ter. Além disso, começou-se a visitar fazendas da região que poderiam servir para um projeto desta natureza. Foram visitadas pelos funcionários da FUNATURA, pelos técnicos do IBAMA e pelos membros da comunidade cerca de dez fazendas da região.

Em comum acordo entre essas três categorias sociais envolvidas com a questão da retirada da população de seus locais de origem, transformados em Parque Nacional, foram pré-selecionadas três fazendas, cujos proprietários foram contactados para saber se estariam dispostos a ter a suas

fazendas desapropriadas pelo INCRA através do programa de reforma agrária. A princípio concordaram desde que houvesse uma indenização justa. O INCRA, então, analisou a documentação das fazendas e, posteriormente, enviou uma equipe para realizar uma vistoria nas fazendas para verificar o potencial para o reassentamento e fazer a avaliação das mesmas.

Nesta vistoria, o pessoal do INCRA, além dos levantamentos nas fazendas, realizou visitas a algumas posses situadas dentro do Parque para verificar a situação em que seus moradores viviam e produziam. Realizou, também, ao final da missão, uma reunião que envolveu membros da comunidade e técnicos do IBAMA e funcionários da FUNATURA. A equipe do INCRA informou sobre a vistoria às três fazendas, colocando que duas delas, ou seja, a Fazenda São Francisco com 1.994 ha e Fazenda Gentio com 3.470 ha, situadas no município de Formoso a 35 km da cidade de Formoso e a cerca de 25 km do limite noroeste do Parque atenderiam aos objetivos do projeto de reassentamento. Adiantaram que recomendariam em seu relatório, desde que a comunidades estivesse de acordo, a desapropriação de ambas as fazendas, por se tratarem de áreas contíguas e com características complementares entre si. As famílias posicionaram-se, então, favoráveis à transferência para essas duas fazendas.

Uma das fazendas, a São Francisco, possui terras melhores para cultura, enquanto que a outra, a Fazenda Gentio, tem mais aptidão para criação de gado. Ambas possuem água, relevo plano e estão próximas a estrada que liga à sede do município de Formoso. Este último aspecto se constituiu em uma vantagem importante, pois uma das maiores dificuldades para as famílias que viviam na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas era justamente a dificuldade de se deslocarem para a cidade, tanto em função da distância, como pelas próprias condições das vias que ligam a área do assentamento à Formoso, Arinos ou Chapada Gaúcha.

Na reunião de definição sobre o local onde as famílias seriam re-aloçadas, os técnicos do INCRA falaram, também, sobre vários aspectos que envolvem um projeto desta natureza, tirando dúvidas sobre formas e prazos de pagamento, financiamentos, quem poderia ser beneficiado, tamanho de lotes, benefícios coletivos, como escolas, posto de saúde, estradas, dentre outros aspectos.

No relatório encaminhado pelos técnicos do INCRA, ficou definido, dentre outras coisas, um tamanho médio de 25 hectares por lote. Este tamanho era similar ao que os posseiros diziam possuir na época do levantamento sócio-econômico feito pela FUNATURA entre 1997 e 1998. Considerou-se para calcular o preço das fazendas, o valor da terra nua, conforme valor praticado no mercado e as benfeitorias, ou seja, as pastagens formadas, as cercas, a infra-estrutura, etc).

Em seguida, a Superintendência do INCRA solicitou que os futuros assentados se manifestassem oficialmente se concordavam com as condições de obtenção das terras e com os preços estipulados para pagamento das duas fazendas. Isto foi feito em julho de 2000. No final

deste mesmo ano, o INCRA desapropriou as fazendas. Em junho de 2001, o INCRA teve a imissão de posse das fazendas.

Todos estes trâmites obedeceram à medida provisória nº 2.027-38 de 04/05/2000. O programa de reforma agrária prevê que cada assentado receba um lote que varia de tamanho, conforme a região e às peculiaridades locais. O assentado tem um prazo de 20 anos para pagar pelo lote recebido com três anos de carência com correção monetária feita pela variação do IGP-DI da FGV. Se o beneficiário efetuar o pagamento em dia terá uma redução de 50% da correção monetária incidente sobre a prestação anual. Além disso, os beneficiários que mantenham todos os seus filhos com idade entre sete e quatorze anos na escola, em ensino regular de 1º grau, terão uma redução de 50% do valor da parcela anual do imóvel. Obras de infra-estrutura de interesse coletivo, bem como os custos com o plano de desenvolvimento do assentamento e os serviços de medição e demarcação topográficos são despesas consideradas não reembolsáveis. Também, não serão cobrados as custas e os emolumentos para registro dos títulos de cada beneficiário. Através de um programa de governo vinculado a este de reforma agrária, caso o assentado deseje, poderá obter financiamento para a construção da casa e para a produção. Além disso, é prevista a assistência técnica aos produtores.

No caso dos posseiros, o que se discutiu com eles, foi que os financiamentos para a casa e a produção não seriam necessários. A idéia é que a casa seja construída obedecendo ao padrão da região, ou seja com adobe e telhas de barro feitos no próprio local, preservando as características culturais. Estas casas seriam feitas em sistema de mutirão. No que se refere à produção, a maioria possui algumas cabeças de gado que seriam levadas para a nova área. Quanto aos plantios, eles só abandonariam os da suas posses, no momento em que a nova área já tivesse em produção. O mesmo raciocínio seria válido para as casas.

Em abril de 2001, o INCRA iniciou entrevistas com os interessados em ser transferidos para as duas fazendas onde se daria o re-assentamento.

O fato de haver estas fazendas desapropriadas pelo INCRA no município de Formoso, para fins de reforma agrária, provocou uma grande movimentação por parte de produtores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso para sua ocupação. As fazendas foram desapropriadas objetivando, primordialmente, reassentar os posseiros moradores do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Acontece que, como este grupo não estava devidamente organizado, abriu-se espaço para outros interessados pleitearem, também, lotes no futuro projeto, fato que levou várias pessoas de Formoso a montarem barracas em uma das Fazendas desapropriadas.

Em função disso, os *veredeiros*, moradores da área da unidade de conservação das veredas do grande sertão, orientados pela FUNATURA, passou a agir de forma mais organizada e, também, montaram barracas e ocuparam algumas das construções existentes na Fazenda. Porém

foi necessária uma articulação junto ao INCRA em Brasília, para fazer valer, como prioridade, o direito dos posseiros moradores do Parque.

Além disso, foram montados no IBAMA, os processos de indenização das benfeitorias dos posseiros do Parque, fato concretizado entre fins de 2001 e início de 2002. Com isso, vários posseiros que antes estavam em dúvida em ir para o assentamento passaram a reivindicar este direito. Este fato fortaleceu a união dos mesmos, concretizada através da criação de uma associação de produtores oriundos do Parque, em sua maioria. Em março de 2002, foi fundada a Associação Rural Sertão Veredas.

Frente à presença de pessoas vinculadas aos interesses políticos da presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Formoso, após muitas reuniões e discussões decidiu-se que os membros da comunidade Mato Grande e Rio Preto teriam prioridade de assentamento e que a Fazenda São Francisco atenderia somente às famílias moradoras na área do Parque. Definiu-se, também que as famílias que eram obrigadas a saírem da área desta unidade de conservação e que preferissem a Fazenda Gentio, também, teriam prioridade e que, somente após atender todas as famílias da comunidade Mato Grande e Rio Preto interessadas é que as famílias cadastradas no Sindicato, desde que cumpram os critérios adotados pelo INCRA para o Programa de Reforma Agrária, seriam assentadas. E, finalmente, contra toda a pretensão da presidente do STR de se assentar 250 famílias, definiu-se que o assentamento atenderia, no máximo, 90 famílias, ou seja, 80 oriundas da comunidade vivendo na área onde se criou o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e 10 indicadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Formoso.

Entre junho e dezembro de 2002, através de um convênio com o INCRA e com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e da FUNATURA, a Universidade de Brasília, através do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária, que se associou ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, foi elaborado, de forma participativa junto aos assentados o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, como prevê a legislação sobre Reforma Agrária.

A ampliação da área do Parque

A FUNATURA foi uma das principais articuladoras da campanha em favor da ampliação do Parque, há pelo menos dois anos, até a concretização do sonho em maio de 2004, com o reconhecimento do Governo Federal sobre a importância da iniciativa.

A seguir apresentamos manifesto da sociedade civil organizada que, capitaneada pela FUNATURA, apresentou à Presidência da República Manifesto em prol da ampliação da área que passou de 83 mil hectares para 231 mil hectares. Foram 52 assinaturas de entidades, de 2 redes

de organizações pró-unidade de conservação e pró-cerrado, uma coalização internacional sediada no Rio Grande do Sul e uma articulação.

“Nós, organizações não-governamentais brasileiras, representantes da sociedade civil organizada, vimos por meio deste manifesto, reiterar o nosso apoio ao Governo Federal na proposta de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Conforme determina a lei que instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei N o 9.985 de 18/07/2000), a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública.

No que se refere aos estudos técnicos, ao longo do ano de 2002, o IBAMA realizou os levantamentos que justificam a proposta de ampliação. Estes estudos foram embasados em anos de pesquisas desenvolvidas na região por renomados pesquisadores e entidades que trabalham com pesquisas e com a defesa do meio ambiente. Todos os estudos apontam para a necessidade de proteção da área proposta para ampliação, dada a sua importância biológica extremamente alta, ao fato de funcionar como uma caixa d' água, por englobar áreas de recargas de aquíferos e nascentes de importantes cursos d'água, que deságuam no rio São Francisco e, também, ao ótimo grau de conservação que a área se encontra. Além disso, a área é caracterizada pela existência de grandes fazendas improdutivas e com solos pobres. São áreas praticamente sem a presença humana. As terras são relativamente baratas, fato que reduzirá os custos de desapropriação, que serão cobertos com recursos de compensação ambiental, conforme informado pelo IBAMA. A ampliação engloba cerca de 120 mil hectares na Bahia (município de Côcos) e 30 mil em Minas Gerais (municípios de Formoso e da Chapada Gaúcha). Com a ampliação, o Parque passará a ter 230 mil hectares, constituindo-se em um dos maiores parques nacionais do cerrado.

Quanto à consulta pública, em 2003 o IBAMA deu sequência, conforme prevê a lei do SNUC, ao processo de consulta pública objetivando ouvir a população local e demais interessados, sobre a proposta de ampliação do Parque. Foram realizadas no dia 31 de maio e 1 o de junho duas audiências públicas, uma no município de Côcos-BA e a outra no município de Formoso-MG, com participação de diversas instituições governamentais e não governamentais e cidadãos em geral. Em Côcos não houve uma única objeção. Em Formoso, apenas dois fazendeiros manifestaram-se contrários. Houve várias manifestações favoráveis, inclusive de fazendeiros atingidos.

Posteriormente, o Governador da Bahia manifestou-se contrariamente a ampliação alegando a existência de diversas áreas antropizadas e de empreendimentos agroindustriais na região.

Com referência às áreas antropizadas, os estudos apontaram justamente o contrário, ou seja, a área está com ótimo grau de conservação. No que se refere aos empreendimentos agroindustriais, os mais próximos estão a cerca de 8 (oito) quilômetros do limite proposto.

É importante salientar que o desenvolvimento de uma região não pode estar pautado exclusivamente na questão econômica, ainda mais considerando as formas convencionais desenvolvimentistas como sugere o Governo da Bahia, colocando que a expansão da fronteira agrícola e a agroindústria associada seriam as melhores formas de desenvolvimento da região. Entendemos que outras formas de uso da terra pode gerar um desenvolvimento realmente sustentável, na qual seria trabalhada a questão da conservação da biodiversidade e da água, através do Parque Nacional, com a geração de emprego e renda no entorno através de atividades ligadas ao ecoturismo, extrativismo racional de produtos do cerrado, agricultura orgânica e valorização da cultura das comunidades locais, ou seja, dos povos do cerrado.

Durante a abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente, o Presidente Lula mencionou em seu discurso que "...é preciso marcar a extensão do Parque Grande Sertão Veredas, mas o governo não vai cometer o erro de, a partir de seu gabinete em Brasília, fazer um decreto. Não, nós vamos fazer a transversalidade da discussão. A Ministra Marina e a sua equipe vão ter que se sentar com os outros ministros, com o governador, com os trabalhadores, com os empresários e encontrar a solução adequada...".

Em dezembro, foi encaminhado ao Presidente da República um abaixo-assinado em apoio a ampliação do Parque feito durante a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente, com mais de 600 assinaturas.

Seguindo a orientação do Presidente da República, o MMA esteve recebendo uma comissão de representantes de diversas entidades do município de Cocos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher, Congregação Franciscana, Cáritas Diocesana de Bom Jesus da Lapa, Igreja Presbiteriana, Associação de Moradores de Bairros, Comitê Gestor do Fome Zero, Associações de Produtores Rurais, Movimento de Atingidos por Barragens, Conselhos Municipais, ONG Vida Verde e Loja Maçônica), que manifestaram apoio a ampliação do Parque e expressaram grande preocupação com a devastação ambiental na região. Posteriormente, os representantes do MMA estiveram em audiência com o Governador da Bahia, que não mudou muito a sua posição anterior, ou seja, apesar de concordar com a necessidade de proteção da região, entendia tratar-se de uma região com potenciais para a expansão da fronteira agrícola no oeste baiano.

Este lento processo de discussões está dando oportunidade para que áreas localizadas na região de ampliação do Parque sejam objeto de desmatamentos, produção de carvão, abertura de estradas, dentre outras atividades impactantes visando criar fatos na tentativa de justificar a utilização da área para impedir a ampliação.

Diante do exposto, entendemos que não há motivos que justifiquem a não ampliação do Parque. O processo desenvolvido pelo IBAMA e MMA, de estudos e consultas, cumpriu todas as exigências legais. Os contatos determinados pelo Presidente da República foram feitos. Os únicos

segmentos contrários são alguns fazendeiros e setores do Governo da Bahia ligados à atividades produtivas. Os demais segmentos da sociedade são totalmente favoráveis a ampliação do Parque, ou seja, o MMA, o IBAMA, as ONGs, a prefeitura de Côcos, os trabalhadores rurais de Côcos, os produtores rurais de Côcos, a igreja católica, a igreja presbiteriana, as pastorais, dentre outros.

Entendemos, ainda, que será uma perda irreparável para o Cerrado e para o País, se este Parque não for ampliado”.

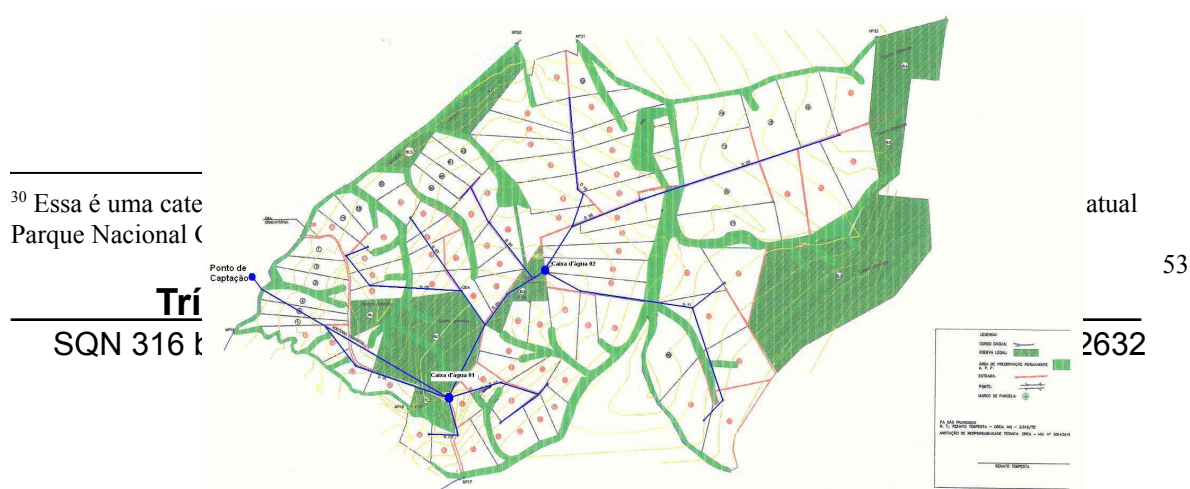
A Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio

As “gentes das veredas” tiveram suas vidas transformadas com a criação, implantação e consolidação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Nesta parte do relatório apresento uma visão sobre a realidade vivida pelas *veredeiras* e *veredeiros* no lugar para onde foram transferidos, já que não era mais possível viver no lugar onde inscreveram parte de suas histórias nesta região do sertão sanfranciscano. Não farei uma abordagem exaustiva, tratarei, apenas, de uma caracterização da comunidade, das relações sociais e das relações políticas e, por fim, do sistema produtivo, por acredito que são estes aspectos de sua vida social que mais foram impactados pela presença de uma unidade de conservação na região em que vivem.

A Comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio localiza-se no município de Formoso em Minas Gerais, sendo composta por aproximadamente 90 (noventa) famílias e 450 (quatrocentos e cinquenta) membros que foram aí instalados após serem *despejados*³⁰ por órgãos ambientalistas do Estado Brasileiro, notadamente o IBAMA e o INCRA. O sítio onde se encontra instalada essa comunidade se divide em dois assentamentos distintos, o São Francisco com lotes de 25 (vinte e cinco) hectares e o Gentio com lotes de 50 (cinquenta) e 80 (oitenta) hectares, conforme planta a seguir. Essa diversidade de áreas para cada família, que será posteriormente tratada, tornou propício o estabelecimento de diferenças entre os membros da comunidade, transformando iguais em desiguais.

Isto não quer dizer que não houvessem diferenças no interior das duas comunidades onde viviam. Como descrito anteriormente, a propriedade ou não da terra, a criação ou não de gado, eram fatores que estabeleciam diferenciações no interior das duas comunidades. Entretanto, elas não operavam categorizações, por meio das quais as diferenciações são enunciadas.

Figura 1. Distribuição dos lotes da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio



Instalados provisoriamente na área das duas fazendas adquiridas pelo INCRA para serem aí assentadas, as famílias recorreram ao conhecimento do manejo da natureza secularmente desenvolvido nessa região do sertão sanfranciscano e construíram suas moradias utilizando madeiras da região e palhas da palmeira buriti, tão recorrente na margem direita do médio rio São Francisco. O rancho, como carinhosamente denominam suas moradias, aos poucos passa a ser descartado pelo INCRA que impõe um padrão arquitetônico urbano na construção das habitações, sem considerar o desconforto que moradias construídas nesse padrão possam vir a causar aos membros dessa população tradicional. As casas de alvenaria, com pé-direito baixo e telhas de amianto passam a produzir ao longo do dia uma temperatura bastante elevada, sendo impraticável a permanência em seus interiores diurnamente. Somente no momento de se ir dormir é que essas casas passam a ser utilizadas pelos membros das famílias dos Assentamentos São Francisco e Gentio. Assim, as casas *veredeiras* que eram para serem provisórias tornam-se definitivas e imprescindíveis às famílias dessa comunidade.

A geografia da área em que essa população tradicional se encontra instalada atualmente guarda imensas semelhanças com a região de onde foram retirados e onde, atualmente, encontra-se situado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Ela se compõe de uma face real por um lado e de uma face ficcional por outro. Enquanto geografia real, o sítio onde se encontra situado o Assentamento São Francisco e Gentio é estruturado em um relevo de planalto com declividade pouco acentuada e nas partes mais baixas, ou seja, no encontro de duas declividades se localizam cursos de água. Popularmente as ondulações com baixa declividade são conhecidas como chapadas e as partes mais baixas como veredas. A vegetação que as recobre consiste em formações do Bioma Cerrado, como a campestre com gramíneas com pequenas árvores isoladas, como a de cerrado com árvores de porte atrofiado, com troncos retorcidos e altura média de 6 a 8 metros, com árvores e palmeiras típicas de áreas úmidas e com matas de galeria florestais ao

longo dos cursos de água. O solo na área das veredas que compõem o cenário de rara beleza contrasta com o solo arenoso branco das chapadas com baixíssima cobertura de materiais orgânicos.

A flora, manejada em seus diversos ambientes pelos membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, assim como pela população sertaneja do médio São Francisco, apresenta espécies diferenciadas de acordo com o solo em que se encontram situadas. A fauna apresenta diversos animais.

A área do Assentamento São Francisco e Gentio possui um sistema hídrico formado por cursos de água, como o rio Tabocas, o rio São Francisco, o rio Gentio e o córrego Cofocó que são drenados por diversas veredas como a D'Antas, a Veredinha, a do Arroz, a do Monjolo, a Comprida, a Bonita e a do Barro. Os cursos d'água são cortados no período da seca ou empoçados durante essa parte do ano. O Rio Taboca e a Vereda D'Antas são os que apresentam maior volume e perenidade. Os rios, córregos e veredas constituem marcos na paisagem que determinam a distribuição das famílias na área.

A geografia ficcional é aquela construída por João Guimarães Rosa em sua obra, principalmente em *Grande Sertão: Veredas*. Neste romance, o autor situa a ação do bando de Riobaldo, após a travessia do Liso do Sussuarão para emboscar Hermógenes, mas não o encontrando seqüestram a sua esposa, e se dirigem, beirando as serras de Goiás, para os combates que irão dar termo à história, enquanto o chefe se esbalda com as prostitutas do sertão e os seus desmandos como *Urutu Branco*. Ou seja, os combates do Tamanduá-Tão e o do Paredão quando Reinaldo morre e se descobre sua condição de mulher. Apesar de sua ficcionalização o Liso do Sussuarão tem sido tomado como um lugar real, mesmo que o próprio autor tenha informado ao descrevê-lo a sua virtualidade. Para ele, o Liso “não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos. Se é se? Ah, existe, meu! Eh... Que nem o Vão-do-Buraco? Ah, não, isto é coisa diversa” (Guimarães Rosa, 1986: 25).

A paisagem construída ficcionalmente nos mostra um cenário constituído por chapadas, veredas e cursos d'água. Dos cursos de água citados no romance e que são reais há o Quebraquinaus nas proximidades do Assentamento. É informada a existência de uma população vivendo no Vão do Buraco que se encontra localizado nas cercanias do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, sendo que algumas das famílias que aí residem possuem parentes nessa localidade real e ficcionalizada por João Guimarães Rosa.

Das chapadas que existem na área do Assentamento e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas que são muitas, não encontramos citação, mas ficou a descrição poética construída por Guimarães Rosa. “Assim expresso, chapadão voante. O chapadão é sozinho – a largueza. O sol. O céu de não se querer ver. O verde carteadado do gameal. As duras areias. As arvorezinhas ruim-inhas de minhas..... Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se soverte em minuto terra a fundo, feito um azeitizinho entrador... Chapadão, chapadão, chapadão” (Rosa, 1986: 274). Em seu lirismo o autor não apenas descreve a chapada,

vai além e informa sua função ecológica e no conjunto das chapadas existentes em todo o cerrado brasileiro nos diz do mesmo como a caixa d'água do continente sul americano³¹.

Das veredas e de seus buritis Guimarães Rosa apresenta diversas descrições. Pois para ele, “o melhor de tudo é a água” (Rosa, 1986: 41), já que “perto de muita água, tudo é feliz” (Idem, Ibidem: 21). Falando em buritis, “Daí longe em longe, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, buriti se segue, segue” (Id., ibid.: 22). Ou, “daí, se desceu mais, e, de repente, chegamos numa baixada toda avistada, felizinha de aprazível, com uma lagoa muito correta, rodeada de buritizal dos mais altos: buriti – verde que afina e se eveste, belim-beleza” (id., ibid.: 35). E, finalmente, “buriti quer tudo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho” (id., ibid.: 27).

Antes de terminar essa introdução à comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio gostaria de tratar de uma questão, mais poética, o compartilhamento do sentimento de mundo convívio com essa população tradicional *veredeira*, o da alegria. E, para tanto, retorno a Guimarães Rosa, que dizia que “a alegria é o justo” (id., ibid.: 160), já que o “sertão foi feito é para ser sempre assim: alegrias!” (id., ibid.: 443). Estar entre *veredeiras* e *veredeiros* é permanentemente estar compartilhando alegrias. Mesmo em momento de tensão, sempre tem alguém que retira do mais fundo de suas forças alguma alegria e a compartilha com todos a partir de um trocadilho de palavras. Nas palavras de uma moradora da comunidade do Assentamento, “a gente tem que achar tempo para rir. As coisas do mundo já contrariam a gente demais. Se não achar tempo para rir, a gente embrutece”. Foi sempre prazeroso estar entre as mulheres e os homens *veredeiros*.

Relações Sociais e Relações Políticas

As relações sociais que estruturam a vida social da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio possuem dois movimentos, um que atualiza a organização social constituída ainda na área em que viviam no atual Parque Nacional Grande Sertão Veredas, outra que se organiza na nova configuração que se instaurou na vida comunitária. Para um dos moradores,

o Assentamento é uma comunidade diversa. Tem uns que ficaram fazendeiros e outros que estão sem terra. Não têm terra para plantar e nem para criar gado. Eles estão no carrasco e carrasco não é terra para gente viver. Tem um que labuta nele, labuta, labuta e nada. Ele está sempre judiando desse um.

³¹ As principais bacias existentes no continente têm sua nascente em áreas de cerrado e até mesmo o rio Amazonas é drenado, em suas duas margens por cursos de água que brotam em chapadas. O rio Negro nasce no cerrado do planalto guianense, os rios Madeira, Mamoré, Xingu, Araguaia e Tocantins nascem no cerrado do planalto central brasileiro. Dessa forma, os rios do cerrado abastecem os outros biomas com as águas que brotam em suas veredas e chapadas, apenas o bioma pampa não é abastecido por cursos de água nascidos no cerrado.

Em sua leitura, esse *veredeiro* nos informa não apenas a cisão instaurada no interior da “coligação de famílias” que os une, mas também informa a impossibilidade da implantação do sistema de vida construído secularmente e impedido por leis ambientais de ser atualizado hodiernamente. O manejo das veredas com as práticas de drenagem e queimadas não pode ser mais atualizado devido à presença de órgãos ambientalistas que se fazem presentes em suas vidas impondo restrições ao seu modo de vida. Veredas são, pela legislação ambiental, área de preservação permanente e, por isso mesmo, intocáveis. Nelas não se pode cortar nada, drenar nada e muito menos colocar fogo. Essa impossibilidade determina que o sistema produtivo que construíram e que conheciam tenha que sofrer modificações para que possam continuar reproduzindo as suas vidas, tanto física, quanto social, cultural e simbolicamente.

Enquanto parentes, as noventa famílias dessa comunidade diversa do Assentamento organiza-se em uma “coligação de famílias” agrupadas em 48 (quarenta e oito) ramos familiares, sendo que ao se articularem entre si, reorganizam-se em 22 (vinte e dois) troncos familiares. Os principais troncos familiares são os Pereira, os Ferreira, os Rodrigues, os Teixeira, os Lopes, os Pimentel e em seguida, com articulações mínimas entre as famílias, encontram-se os Araújo, os Barbosa, os Gomes, os Neves, os Ribeiro, os Soares e finalmente, os Almeida, os Anjos Muniz, os Araújo, os Nogueira, os Rocha, o Silva Teixeira, os Souza e os Sostemeier.

A noção da comunidade como uma “coligação de famílias”, deriva do fato de que as famílias “se não tiveram procedência de Vargem Bonita, são descendentes do povo de lá”. Apenas três famílias são reconhecidas como tendo origem diversa, mas foram incorporadas em um passado não muito distante do momento presente. Há que considerar, ainda, que a compreensão dos troncos familiares foi construída a partir de levantamento do morador ou moradora que recebeu indenização para se transferir para o assentamento com lote em seu nome. Como há diversas mulheres como chefes de família, ainda que vivendo maritalmente com outros homens³², e com a perda de parte do nome para adotar o nome do marido, pode ocorrer que diversas dessas famílias tenham sua origem entre as famílias da fazenda Larga, em Vargem Bonita, e que se deslocou dessa localidade no município de Januária para a área das fazendas Mato Grande e Rio Preto onde atualmente encontra-se localizado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A disposição das famílias nucleares no interior da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, apesar de ter sido definida por seus próprios membros não tem as vizinhanças estruturadas a partir das proximidades de parentesco. Algumas vezes, há parentes que são

³² Entre as populações rurais é recorrente o casamento, ainda que não legalizado junto ao Estado ou a Igreja, após a morte de um dos cônjuges. A vida “solteira” para alguém da terceira idade é uma impossibilidade, pois cada filho que se casa constitui uma outra família com vida independente, ainda que vinculada à casa paterna ou materna. Faz parte da constituição de família a instauração de um novo *mundus* pelo trabalho do homem e a finitude desse mesmo *mundus* quando os seus fundadores morrem. Nesse sentido vide Woortmann (1995).

vizinhos, mas na maioria das vezes, os parentes estão espalhados no conjunto do Assentamento. Tomemos como exemplo o atual presidente da Associação que congrega a todos representacionalmente em suas relações oficiais com o aparelhamento do Estado e da Sociedade civil. Localizado no lote 01 nas proximidades do rio Taboca, ele possui vinculações parentais com moradores que estão situados no lado oposto do Assentamento São Francisco nas proximidades do rio São Francisco nos lotes 26 e 27, 30, 36. Mas também com moradores que se situam no Assentamento Gentio no lote 66, 68 e 88, este situado na área denominada “sertão”, ou seja, a mais distanciada de todas se se toma as sedes das duas fazendas como centros da comunidade³³.

As bases a partir das quais as relações sociais dessa comunidade se organizam, como já descrito para as comunidades Mato Grande e Rio Preto, são o sentimento de localidade, incorporando pessoas que se encontram situadas nas cercanias da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e que não serão transferidas para o Assentamento e, assim, ampliando a territorialidade dessas *veredeiras* e *veredeiros* para além do território onde encontram-se localizados atualmente. Há as relações de parentesco e compadrio por meio das quais os “estrangeiros” são incorporados no interior da “coligação de famílias”, como no caso da família Sostemeir que é descendente de alemães vinda do Rio Grande do Sul, mas que não se adaptou às práticas produtivas dos “gaúchos” que chegaram nos anos 1970 com o Programa de Assentamento Dirigido de Serra das Araras – PADSA, dele se desvinculando e se internalizou na vida sertaneja dos *veredeiros* do Grande Sertão: Veredas. Também, as trocas e reciprocidades estabelecidas entre todos e, finalmente. E, finalmente, o sistema produtivo compartilhado por todos, com pequenas variações devido às diferenciações dos espaços eco-geográficos no interior de cada território familiar.

As trocas e reciprocidades entre os membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio são imprescindíveis para manutenção da reprodução física, cultural e social de suas gentes. Sem elas a vida perde todo e qualquer sentido, dado que, para falar em uma perspectiva marxista, a infra-estrutura que determina a superestrutura dessa população tradicional, é a própria sociedade, ou como disse um de seus moradores, “a vida da gente é de acordo com a condição, e condição é a quantidade de gente, uns acolitando os outros nas necessidades e fora

³³ Os dados sobre os nomes das famílias foi retirado de um levantamento feito pela FUNATURA para subsidiar a indenização e a transferência para a área do assentamento e as vinculações de parentesco foi levantada com moradores tendo a planta com os lotes do assentamento como base, sem considerar as denominações familiares. Assim, não é possível informar os nomes dos moradores de cada lote a partir de sua numeração. Apenas o lote da família do presidente da Associação é mencionada porque ele foi um dos que me ajudaram a traçar as relações familiares entre os lotes e informou ser o lote 01 o de sua propriedade. Outros lotes são reconhecidos por mim a partir das conversas tidas com seus moradores enquanto fiz o meu trabalho de campo, mas como nesse momento não estava buscando saber denominações familiares, apenas sei os nomes com os quais são tratados por todos.

delas”³⁴. Mesmo os recursos financeiros advindos de direitos como salários maternidades, auxílios doenças e aposentadorias entram nas relações de trocas e reciprocidades, assim como outros recursos financeiros recebidos de qualquer outra fonte. Neste sentido, minha hospedeira recebeu pagamento pela minha estada em sua residência enquanto fiz trabalho de campo, após a partida dos outros membros da equipe ela mandou chamar duas filhas e uma sobrinha e entregou-lhes parte do dinheiro recebido como um “adjutório” para suas necessidades, bem como parte dos mantimentos deixados pelos membros da equipe. Essa perspectiva já foi percebida por mim em centenas de comunidades sertanejas e discutida em um outro momento, quando trato da cultura sertaneja em suas lógicas diferenciadas (Costa, 1997).

Há que considerar, também, que, dado o estrangulamento da reprodução física das famílias devido à transformação no sistema produtivo a que estão submetidos e que será tratado posteriormente, novas estratégias de reprodução vão sendo instauradas e incorporadas pelas famílias da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio. A estratégia mais recorrente é a introdução de recursos vindos dos parentes que migraram para as cidades e já tratado amplamente por Eunice Durham (1984) em seu estudo sobre as relações urbanas e rurais de membros de uma mesma família. Ao dar plasticidade às suas relações sociais, nova territorialidade é construída pela incorporação dos parentes que migraram. No caso dessa comunidade *veredeira*, “tem gente que está dependendo de parentes que moram nas cidades, porque não tem terra de agricultura e nem água para poder produzir”.

E, finalmente, o sistema produtivo comum. Mas no caso da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, dada a instauração de uma diferenciação entre os seus membros, esse aspecto que era ponto fulcral das relações sociais passou a ser algo periférico para a reprodução social da comunidade. Com o surgimento da diferenciação entre os membros devido às possibilidades de utilização dos lotes em que cada família encontra-se assentada, ocorreu uma hierarquização da diferença, fazendo a “comunidade do assentamento diversa”.

Com o estabelecimento do parcelamento da propriedade da terra, dado que na situação anterior à implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a terra sendo solta era apropriável por qualquer um, há a quebra do sentido de coletividade quanto ao uso comum do território, mas diversas práticas coletivas não deixaram de ser atualizadas. Assim, a coletividade é reafirmada no conjunto das famílias *veredeiras* no momento do beneficiamento da produção e mesmo nas parcerias para o plantio da cultura. Muitas vezes essa coletivização ocorre no interior do ramo familiar e, até mesmo, no interior do tronco familiar.

Interessante notar que moradores que viveram a experiência do urbano têm o sentido de coletividade com maior força que aqueles que não a tiveram, diante do parcelamento da terra. Mas,

³⁴ Esta palavra nasce do substantivo “acólito”, que tem o sentido de ajudante e assistente dos oficiais de celebrações religiosas. Transformada em verbo, permanece contendo o mesmo sentido.

em contrapartida, estes têm a prática de coletivização das atividades, principalmente as mencionadas no parágrafo anterior, que permanecem sendo atualizadas.

Independente dessas visões e de práticas de coletivização ocorre uma hierarquização das diferenças dada pelo tamanho dos lotes recebidos. No assentamento São Francisco foram instituídos lotes com 25 (vinte e cinco) hectares devido à terra ser considerada de melhor qualidade para a agricultura e no assentamento Gentio foram instituídos lotes de 50 (cinquenta) hectares por articular terras agricultáveis com terras não agricultáveis e lotes de 80 (oitenta hectares) consideradas boas para a criação de gado. Com base nesta diferenciação foi instaurada uma oposição categorial entre os membros da comunidade de *veredeiros*. Como já mencionado anteriormente, “o assentamento é uma comunidade diversa. Tem uns que ficaram fazendeiros e outros que estão sem terra”.

Uma pergunta se faz necessária. Como não têm terra se receberam lotes disponibilizados pelo INCRA? Aos que são denominados sem terra, a explicação é dada por um de seus moradores como: “não têm terra nem para plantar e nem para criar gado. Eles [os sem terra] estão no carrasco e carrasco não é terra para a gente viver”. Carlos Dayrell em estudo sobre o acesso aos novos mercados e extrativismo sustentável, informa sobre a compreensão da paisagem e a apropriação do relevo construído por sertanejos em quatro localidades do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Para ele, há formas diferenciadas de ocupação constituindo unidades eco-geográficas, sendo o carrasco uma “unidade onde a vegetação é subcaducifolia parecendo uma transição de cerrado para caatinga arbustiva. Aproveitam as frutas, a lenha e as plantas medicinais” (2002: 10).

Àqueles que receberam lotes de 25 hectares devido às espacializações internas ao lote ou unidades eco-geográficas, no caso, veredas, chapada e carrasco, as veredas estão impedidas de serem utilizadas devido às restrições legais por serem áreas de preservação permanente. As chapadas estão localizadas em áreas que foram definidas no projeto do assentamento como áreas de reserva legal. Na visão dos membros dessa comunidade, sobraram os carrascos para serem utilizados como áreas de agricultura. Mas como no carrasco “tem um que labuta, labuta, labuta e nada. Ele está sempre julgando desse um”, não há como produzir culturas alimentares em áreas de extrativismo. Inviabilizados em sua produção os moradores desses lotes passam a ser chamados pelos possuidores de lotes de 50 e 80 hectares por “sem terras”. Esses apesar de serem agricultores, ou roceiros na gramática local, encontram-se sem terras agricultáveis, pois as áreas que julgam próprias para a agricultura foram destinadas à preservação da vegetação dos cerrados. Na visão dessa população para denominar seus pares como sem terra se deve a que “a terra é tudo carrasco e não tem acesso ao rio, porque é tudo pântano e vereda”, além do que a área disponibilizada para a agricultura é “um lugar muito seco, sem árvore, sem nada, que não dá para viver”.

Aos que receberam lotes de 50 hectares, apesar da existência das veredas e de suas vargem, chamadas por eles de brejo, devido às restrições ambientais legais não podem produzir agricultura e o tipo de terra é inteiramente arenoso e com baixíssima existência de cobertura orgânica. Nas unidades eco-geográficas de chapada desses lotes a melhor opção, dentro da lógica tradicional desses sertanejos, é a criação de gado, assim como os possuidores de lotes de 80 hectares. Assim, passam a se dedicar à criação de gado e passam a ser nomeados pelos possuidores de lotes de 25 hectares por “fazendeiros”.

A instauração da diferença, sem terra e fazendeiros, propicia a emergência de uma hierarquização entre as pessoas vinculadas a uma e outra categoria, sem, contudo, se dar origem a uma oposição. Os sem terras passam a serem mais dependentes dos parentes vivendo em cidades e dos circuitos de troca e reciprocidade enquanto os fazendeiros incipientemente processam a possibilidade da amealhamento de recursos financeiros externos devido à futura venda do gado criado em suas “fazendas”. A diferenciação e a sua hierarquização encontram-se em seu período inicial podendo ser minimizado o seu impacto no interior da comunidade com a manutenção de estratégias de reciprocidade amplamente ou maximizado se as práticas culturais tradicionais não forem renovadas. A oposição entre as duas categorias, dando origem a uma fragmentação da coletividade, pode vir da maximização do impacto da diferenciação e hierarquização pela não atualização das práticas coletivas tradicionais.

Cabe notar que os membros das comunidades assentados nas margens dos rios São Francisco e Tabocas possuem áreas de capão e, como discutido por Dayrell, “é uma área de transição entre o Cerrado e o Brejo. A fertilidade destes terrenos torna-os uma área nobre para culturas específicas como o milho, a mandioca, amendoim, abacaxi, feijão catador, andu, cana, etc” (2002, 10). Apesar da existência de um número significativo de moradores produzindo agricultura em seus lotes, simbolicamente, a categorização construída de sem terras e fazendeiros, opera as compreensões que têm de suas vidas que nos tempos atuais constrói diferenciações entre parentes e compadres.

As relações políticas da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio pode ser lida em duas dinâmicas diferentes, em decorrência de quem elas estão vinculadas e com quem elas vinculam os membros dessa população tradicional. Por um lado, há a dinâmica que os vinculam ao poder local e, por outro lado, há a dinâmica que os vinculam com os organismos de Estado e da Sociedade Civil brasileira em defesa do meio-ambiente transformado em patrimônio nacional.

Em suas relações com o poder local, há vinculações construídas pelos próprios membros da comunidade e vinculações construídas pelos funcionários da FUNATURA que se coloca no campo como mediadora entre os *veredeiros* e o poder local. Em estudo sobre as relações políticas no município de Buritis, mas passível de se estendido a outras localidades que possuem cultura

semelhante, principalmente aquelas situadas no Noroeste mineiro, Chaves (2003), informa a existência de um *tempo da política* em que duas estratégias são construídas, uma reafirmativa da identidade local e outra da vinculação dos grupos sociais existentes no interior do município e dependentes da ação dos candidatos majoritários e seus sequazes para terem acesso aos benefícios sociais.

No *tempo da política*, Moacir Palmeira (1996) afirma que as municipalidades se dividem, sendo as eleições o momento crucial na vida das comunidades, devido à necessidade de incorporação de um número maior de pessoas a cada facção em disputa. A forma de adesão que compromete cada família que expõe o cartaz de seu candidato afirmando sua posição, requer por parte dos eleitores ganhos que só são possíveis na instauração do *tempo da política* ou *tempo das eleições* na vida local.

Situados na periferia do poder local, os ganhos dos membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio tanto podem ser bens coletivos, o transporte para as crianças em idade escolar, por exemplo, ou bens individuais, canos para viabilizar a colocação de água em cada moradia, por exemplo, só ocorrem nessa temporalidade socialmente vivida. Durante esse tempo de buscas de adesão de eleitores são feitas promessas em troca de voto. Na visão de um dos moradores, falando sobre os políticos locais, “ele veio e fez um discurso imenso e bonito sobre as promessas, que não saiu do lugar e nem perto daqui chegou”.

Fora desse tempo cuja temporalidade é bianual, em relação ao poder local, as *veredeiras* e os *veredeiros*, encontram-se situados fora de ganhos, principalmente coletivos. A ausência de um representante político da própria comunidade, ou seja, um vereador, propicia a manutenção dessa situação de exclusão aos benefícios advindos da administração local e, mesmo, estadual ou federal.

Em relação à vinculação política com organismos do Estado e da Sociedade Civil brasileira em defesa do patrimônio natural das veredas do Grande Sertão, penso ser possível ler as relações políticas da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio de duas formas. A primeira focalizando a própria relação e a segunda como as *veredeiras* e os *veredeiros* vêm a si mesmos no interior dessa relação política.

A leitura que faço é apoiada na temática que recorrentemente emergia em minhas conversas com os membros dessa comunidade por se tratar de algo que lhes é crucial atualmente. Não seria possível fazer uma interpretação antropológica da vida *veredeira* desses guardiões das veredas do Grande Sertão sem considerar essa questão.

Do ponto de vista dos organismos de Estado e da Sociedade Civil em defesa das veredas, chapadas e animais na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas há que considerar o processo de sua emergência como atores significativos na vida dessa população tradicional para

se entender a segunda dinâmica das relações políticas vividas pelos membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio.

Na visão de membros dessa comunidade sertaneja, os funcionários desses organismos “aproveitaram muito da humildade das pessoas daqui, que não sabiam nada de nada das coisas deles, de lá. Depois é que a gente começou a acordar”. Nos primórdios dessa relação interventora na vida das *veredeiras* e *veredeiros* guardiões das veredas do Grande Sertão, “eles nos enganaram. Chegaram aqui procurando bichos, sapo, cobra, borboleta e depois passaram a perna em nós”. Com a chegada dos organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada em defesa da natureza, além da procura de répteis, animais e insetos, recorreu-se aos detentores do saber construído social e coletivamente para terem acesso à sua biodiversidade e aos animais, répteis e insetos.

Há que considerar que, como já discutida por Andréa Borghi Jacinto (1998) em sua dissertação de mestrado, ocorreu um confronto de duas ordens morais distintas e opostas, enquanto uma relacionava-se com a natureza, manejando-a tradicionalmente, para reproduzir o humano e reproduzir a natureza, a outra se relaciona com a natureza no sentido de preservá-la para as gerações futuras sem considerar as gerações presentes. É interessante salientar que a compreensão da existência dessas lógicas distintas é compartilhada pelos sertanejos vivendo na comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, para eles,

A forma que a gente sabe plantar não é errada, mas o IBAMA não deixa. Meu avô, meu bisavô sempre plantaram assim, iam mudando de lugar e não degradavam a vereda. O que acaba com o meio ambiente é o latifúndio, não é o pequeno agricultor não.

Na visão dos sertanejos retirados das terras onde viveram por décadas, onde seus ancestrais viveram, foram utilizados os mecanismos de Estado, ou seja, o uso legítimo da força para se impor a ordem moral interventora. Apesar de ter ocorrido, apenas, com um morador que foi pego fazendo queimada em sua terra, a ação legal realizada por um funcionário do IBAMA que deu voz de prisão a um membro da comunidade foi sentida por todos os seus membros. No imaginário do sertão, polícia não é para homem honrado, mas para ladrão. Dentro dessa lógica, ser envolvido com a polícia é tornar-se um ser desonrado aos olhos da comunidade e para a manutenção das relações sociais a manutenção da honra é fator imprescindível, pois homens honrados apenas se relacionam com homens honrados³⁵.

Em suas relações políticas com os organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada em defesa da natureza, esses sertanejos posicionam-se indignados, para eles “não invadimos o IBAMA, mas o IBAMA invadiu a terra nossa”, ou “a gente não estava fazendo trapizanga³⁶ para eles mandarem a polícia armada para fazer uma guerra contra a gente que é só trabalhador”. E,

³⁵ Para aprofundamento sobre a questão da honra entre iguais, vide Walter Campbell (1970).

³⁶ Esse vocábulo tem o sentido de baderna, coisas fora da normalidade.

ainda, “na criação do Parque eles não entraram em acordo com o povo. O que eles fizeram foi macetar o povo até forçar a saída do povo de lá. Isso foi muito desumano”. Por último, “a gente é um povo honrado e ter que ver a polícia entrando dentro da casa da gente e pisando na gente não foi uma coisa digna. Nós não merecíamos isto, pois somos filhos de Deus e seres humanos”³⁷. E, apesar da indignação para com o acontecido e do desrespeito para com a honradez desses sertanejos, os indivíduos interventores³⁸ permanecem sendo tratados com respeito, pois “o estrangeiro é um diverso, mas também merece respeito, pois ele é um filho de Deus como nós”.

Se das *veredeiras* e dos *veredeiros* os funcionários dos órgãos interventores têm recebido respeito, o mesmo não se pode dizer das instituições que representam, que têm prometido agilidade e presteza no atendimento das questões relacionadas ao assentamento, ao pagamento das indenizações, à liberação de recursos para instalação da infra-estrutura necessária para a reprodução física das famílias assentadas. Mas, como no *tempo da política* às promessas feitas não se dá crédito. Nessa perspectiva foi afirmado por uma senhora que

A vida de uma família eles jogam por terra, pois nem a indenização das terras eles ainda não pagaram, apesar de nós já termos saído de lá a mais de dois anos. Aquela terra lá meu pai comprou e nós tivemos que nos sacrificar para pagar o que ele comprou. Ele vendeu os bezerros todos, mas o dono da terra falou para ele pagar tudo de uma vez. Aí meu pai pegou todo o arroz que plantou e vendeu. Nós ficamos com um saco de arroz e assim ele pagou toda a terra. Nós não passamos fome porque o mato deu comida para a gente comer e não morrer.

E como não adianta esperar mesmo diante da Justiça que é lenta, pois “quem entrou na Justiça está ferrado. Não pode vender, não pode receber a indenização e não pode nem tirar a causa da Justiça para resolver a situação”, as *veredeiras* e os *veredeiros* vão assistindo à transformação de suas vidas e sendo conduzido para situações não pretendidas e nunca antevistas.

Há alguma esperança na atuação da FUNATURA, pois como uma entidade que se colocou como mediadora entre o Estado e a comunidade, e tem conseguido dar resolução a algumas questões prementes das *veredeiras* e dos *veredeiros*. A equipe da FUNATURA não consegue, por falta de ação sistêmica e sistemática, apesar do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, desmontar o desmantelamento do sistema tradicional.

³⁷ Essas visões foram ditas por pessoas que não têm parentesco direto com aquele que foi preso. Este recusou-se a falar sobre o fato e a emitir opinião sobre o mesmo.

³⁸ Em suas indignações, os membros dessa comunidade não desvinculam os diversos indivíduos como se fossem categorias distintas, eles são compreendidos como uma única categoria de agentes sociais que transfiguraram suas vidas.

Para finalizar esta sessão trato da forma como as *veredeiras* e os *veredeiros* se vêm nas relações com o aparelhamento do Estado e da Sociedade Civil organizada na defesa da natureza. Na compreensão das mulheres e homens dessa comunidade de assentamento, há duas posições frente aos funcionários desses organismos, ou se é conformado ou se é inconformado. Estas são duas posições antagônicas, mas entre elas há posições medianas.

Para eles os conformados são aqueles que de uma certa forma foram beneficiados com a vinda do aparelhamento do Estado e da Sociedade Civil com empregos, com benefícios diversos ou com relações densamente articuladas. Em seus entendimentos, “a vinda do IBAMA e da FUNATURA para trabalhar conosco foi muito benéfico, pois nossa vida mudou para melhor”. Ou, “se não fosse a FUNATURA hoje a gente estaria vivendo em barracos nas cidades, graças a ela, hoje tenho terra minha e venho colhendo de um tudo, como nunca tinha ocorrido antes”. Essas duas falas sintetizam a visão de muitos outros com quem conversamos.

Os inconformados são vistos como sendo aqueles que em diversas formas foram penalizados com a vinda desses mesmos organismos, seja devido à perda da terra de uma forma impositiva, pois “a gente tinha que limpar o Parque. Era a lei”. O Parque constitui-se como o nó da relação entre os membros dessa comunidade e os funcionários dos organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada na defesa da natureza, entretanto o inconformismo desses sertanejos e sertanejas não é contra sua existência. Elas e eles se posicionam contrários ao modo como são tratados pelos mesmos funcionários. No dizer de um dos *veredeiros*, isto é afirmado assim: “eu não sou contra o Parque, eu sou contra as pirraças deles com a gente”.

O inconformismo nasce, sobretudo, porque

aqui a gente é dono da terra, mas não é livre. A gente não pode nem usar o brejo e nem as terras melhores que viraram reservas. Lá no Parque tinha os fazendeiros que eram os donos, mas eles não impediam que a gente usasse a terra. Tinha o brejo, a chapada e a larga. Hoje só tem esse areião que está seco. Só com a chuva é que esse carrasco dá alguma coisa.

Ao se posicionarem inconformados diante da ação de organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada na defesa da natureza, as *veredeiras* e os *veredeiros* até preferem a dominação tradicional vivida sobre o jugo dos fazendeiros e considerados sociológica e politicamente como sendo o coronelismo ou como visto por estes sertanejos, o carrancismo. Como

nos disse um morador, “o tempo do carrancismo³⁹ era muito melhor que os tempos atuais, pelo menos a gente não morria de fome tendo terra e não podendo plantar o que nos permite viver”.

Em suas relações políticas atuais, os membros da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio deparam-se, como procurei demonstrar, com duas dinâmicas distintas, uma vinculada à prática política local e outra estabelecida frente aos organismos de Estado e da Sociedade Civil organizada em defesa da natureza cristalizada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Essa segunda dinâmica tem gerado conformismo e inconformismo em decorrência de proximidades ou afastamentos com relação aos funcionários desses organismos e aos princípios que norteiam as ações desses organismos.

Sistema produtivo

Sendo a comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio um agrupamento humano submetido às políticas de reforma agrária e às práticas vinculadas a estas políticas, torna-se irrevogável o abandono da agricultura *veredeira*, em detrimento do conhecimento e do manejo tradicionalmente construído, em favor de uma agricultura moderna.

Há que considerar, como discutido na cosmovisão sertaneja, que a sociedade e a cultura ocorrentes no Sertão possui uma porosidade que permite, permanentemente, a incorporação de aspectos, técnicas, valores e conhecimentos externos. A convivência desses sertanejos com a agricultura desenvolvida por grandes empresários vinculados à agricultura mercantil penetrou em seu imaginário como eficiente e melhor que as suas práticas agroextrativistas. No norte de Minas entre outras populações tradicionais que compõem o mosaico identitário sertanejo esse tipo de agricultura é denominada “agricultura de patrão”.

A agricultura de patrão diferentemente da agricultura *veredeira* é constituída pela introdução de fatores externos nas práticas agrícolas, seja pelo financiamento de insumos, seja pelos insumos (seja sementes ou agrotóxicos) e equipamentos de moto-mecanização necessários à produção em larga escala. A experiência norte mineira de comunidades sertanejas tradicionais tem demonstrado que esse tipo de agricultura não é viável para as populações tradicionais devido ao impacto causado pela crescente dependência aos fatores internos. Tradicionalmente a

³⁹ Correia (2002) ao estudar as relações entre os *veredeiros*, vistos por ele como camponeses, em sua interface com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas afirma que a categoria nativa carrancismo se refere a memórias do passado, mas partidas do entendimento presente do passado vivido. Somente em oposição à vida vivida hodiernamente é que essa categoria pode ser construída e operar na vida desses sertanejos. Em sua dissertação de mestrado, o mesmo autor afirma “muitas são as referências ao “tempo do carrancismo”, o qual é entendido em oposição ao presente. O carrancismo é uma categoria que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais. Essa categoria é utilizada pelos primeiros ocupantes da região e pelos seus descendentes, a qual é usada na construção da história oral” (idem, 47).

agricultura sertaneja dessas populações tradicionais pouco incorporou fatores externos, sendo quase em sua integralidade desenvolvida com fatores internos.

Há que considerar que o solo destinado à agricultura na área dos dois assentamentos que compõem a comunidade sertaneja desses *veredeiros* sendo transformados em *chapadeiros*, não é propícia à introdução da agricultura moderna ou da “agricultura de patrão”. Não é preciso possuir expertise em agronomia para se compreender que o terreno arenoso onde devem desenvolver suas práticas agrícolas não recomenda a utilização do gradeamento. As chapadas são declividades que se encontram em fundos de vales onde brotam as veredas e seus buritizais, o manuseio das mesmas com gradagem sem técnicas apropriadas de curvas de níveis com barreiras de contenção possibilitarão o deslizamento da camada superior da terra cultivada para o encontro das chapadas onde se localizam as veredas. Se nenhum manejo ambientalmente correto for introduzido na vida desses *chapadeiros* forçados, a curto e longo prazo ver-se-á as veredas serem assoreadas.

Esses *veredeiros* não têm o conhecimento do manejo das chapadas para práticas de agricultura para que o impacto de suas atividades nessas áreas onde devem reconstituir suas vidas requer, como afirmado por Dayrell “o desafio de *garantir a autonomia dos grupos* de produtores envolvidos [no processo], investindo em atividades que contribuam para a *formação de capital humano* e de *articulação de redes sociais mais amplas*, em particular no Bioma Cerrado” (2002: 30, grifos meus). Há que se empoderar essa população tradicional, retirando-a do isolamento político e cultural sertanejo em que se encontra para que em um futuro não muito distante ela possa conduzir com sustentabilidade a vida de seus membros.

Há três funcionários da FUNATURA que são do campo agrônomo, um engenheiro e dois técnicos, se posicionados em busca da sustentabilidade, por meio de ações sistêmicas e sistemáticas que possibilitem a incorporação de práticas de manejo alternativo de chapadas, a ser apreendida e aprendida junto a outras populações tradicionais sertanejas, como os chapadeiros e geraizeiros, assim como com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, devido à sua atuação historicamente eficaz junto a populações tradicionais. Ao mesmo tempo em que vincula essa comunidade isolada das populações tradicionais do sertão alto médio sanfranciscano em suas redes sociais de luta política.

A fatalidade antevista por mim, apoiado nas interpretações que membros dessa comunidade de sertanejos fazem de suas vidas hodiernas, creio, conduzirá os guardiões das veredas do Grande Sertão a depredadores dessa mesma unidade ambiental. Secular e historicamente as veredas foram o lugar da reprodução física, cultural e social de mulheres, homens e crianças, mas também da própria natureza com seus animais, insetos e plantas. Como afirmado por um desses sertanejos, “se a gente pudesse esgotar o brejo, onde a gente nunca maltratou a natureza, a gente não ia deteriorar o cerrado, principalmente as suas veredas a quem

devemos tanto”. Na deteriorização do cerrado a que são forçados, “tem gente vivendo de palha de coco e de favela, porque é o que está dando dinheiro para cobrir a agricultura que não é mais produzida”.

O Inventário Nacional das Referências Culturais

O Inventário das Referências Culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio foi realizado com o intuito de reconhecer e resguardar informações sobre os valores e atividades culturais da comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio, bem como uma forma de colaborar com o processo de reafirmação da cultura dessa sertaneja retirada de seu território para implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Com o impacto do deslocamento das famílias a FUNATURA buscou estabelecer parceria com o IPHAN para a realização do levantamento preliminar dos bens culturais dessa população.

O projeto, idealizado pela FUNATURA, foi realizado no período de fevereiro a setembro de 2005. Para sua operacionalização, foi contratada a empresa TRÍADE PATRIMÔNIO E TURISMO, que montou uma equipe de profissionais adequados às atividades necessárias.

O fato de a FUNATURA já ter contatos e parcerias anteriores com a comunidade, foi um grande facilitador para a realização do projeto, que teve o consentimento e a integração da comunidade desde sua elaboração.

O produto desse projeto é o levantamento preliminar dos bens culturais das comunidades São Francisco e Gentio, que consiste no conjunto de costumes, modos de fazer, ofícios, lugares, edificações, localidades e formas de expressão, referências próprias da comunidade.

Após capacitação da equipe, realizada por técnicos do IPHAN para a utilização da metodologia de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, deu-se início à pesquisa de campo, para a coleta de informações necessárias ao preenchimento das fichas.

O primeiro passo foi realizar reuniões para apresentação do projeto e da equipe à comunidade. Dessa forma, foram explanados os objetivos e metodologia do projeto. Durante a pesquisa, os técnicos visitaram as casas dos moradores e fizeram várias entrevistas, abordando os diversos bens culturais em questão. Participaram também das festas que ocorreram na época, como forma de integrar-se à comunidade e obter mais informações. Durante todo o processo, contou-se com a receptividade e participação da comunidade.

A coleta de dados realizada numa perspectiva antropológica, fundamentada anteriormente em estudos das comunidades do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas permitiu compreender a comunidade do Assentamento São Francisco e Gentio como uma população tradicional, reconhecida regionalmente e afirmada no estudo de Donald Pierson como *veredeiros*. Em sua interface com o referido Parque, entretanto, essa comunidade está sendo levada a abandonar o conhecimento da biodiversidade e das práticas culturais com as veredas e sendo

68

transformados em *chapadeiros*. Essa novidade apresenta uma série de riscos para a própria comunidade, assim como para as veredas da área do assentamento. Eles que sempre foram guardiões das veredas onde hoje se encontra o Parque podem assorear as veredas e brejos da área onde foram alocados.

Como estratégias de mobilização, foram realizadas reuniões e encontros periódicos com a comunidade para apresentação e avaliação do projeto. Em segundo lugar foram desenvolvidas visitas às famílias em que a equipe visitou as casas de diversos moradores buscando coletar informações relevantes para o levantamento preliminar. Em um momento riquíssimo para os pesquisadores, a equipe participou de algumas celebrações ocorridas durante a execução do projeto, como o Pouso de Folia e Festa de São João Batista, na comunidade Cajueiro. E, finalmente, foram apresentados filmes longa metragem em sessões noturnas nas sedes das comunidades São Francisco e Gentio, ao mesmo tempo em que durante as sessões de cinema foram expostas fotografias feitas durante a execução do projeto.

Considerações Finais

Desejo enfatizar que no trabalho antropológico hodiernamente, o antropólogo deve fazer crítica cultural e posicionar-se. Aqui, assumo a posição política de apontar para a evidenciação dos *veredeiros* como categoria política por compreender que, não havendo a politização de sua identidade naquela perspectiva construída por Barth (1969)⁴⁰, o conhecimento da biodiversidade e da sociodiversidade dessa população tradicional tende ao fenecimento. Isto decorre da ação dos organismos estatais em decorrência da implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e da incorporação dos mesmos numa economia de mercado e em uma prática produtiva contrária à tradicionalmente vivenciada.

A afirmação da identidade *veredeira*, como categoria política, é multilocalizada, como discutido por Marcus (1991)⁴¹. Assim, há que considerar que o campo social e político em que essa população encontra-se inserida possui múltiplos objetivos e interesses, minimamente divididos entre instituições e entidades ambientalistas, agrobusiness, população tradicional, sociedade e políticos locais, governo federal procurando viabilizar a inclusão das populações excluídas na vida nacional de forma mais incisiva.

⁴⁰ Fredrik Barth estudando os grupos étnicos coloca a definição dos mesmos nas fronteiras que os distinguem dos outros em sua trajetória histórica vivida com mudanças sociais, políticas e culturais.

⁴¹ Para este autor as populações com quem os antropólogos têm estado enredados na busca da compreensão de suas culturas e dos seus processos sociais perderam a unicidade de localização, para se compreender, atualmente, a identidade dessas populações há que considerar que a dinâmica do mundo globalizado penetrou em suas vidas e, por isso mesmo, buscar compreendê-la requer entender os diversos locais onde esta identidade encontra-se inscrita.

A FUNATURA e o IPHAN têm em mãos a possibilidade de transformar essa população tradicional sanfranciscana, regionalmente conhecida como *veredeira*, em patrimônio nacional, conforme define os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 devido ao conhecimento da biodiversidade e sociodiversidade de que são portadores, assim legitimando-a politicamente como uma categoria étnica. Vê-la em sua identidade regionalmente reconhecida, mas externamente tratada como sertaneja, categoria identitária que engloba as diversas identidades das populações tradicionais do sertão sanfranciscano. A identidade que subsume *veredeiros*, *geraizeiros*, *vazanteiros*, *caatingueiros*, *barranqueiros* e *chapadeiros*, ou seja, sertaneja, constitui-se como identidade significativa para se compreender a sociedade brasileira cindida entre litorâneos e sertanejos como construída pelo Pensamento Social Brasileiro.

Mas há que penetrar no interior dos *mundus* sertanejo e compreendê-lo como um mundo diversificado e não homogeneizado, onde ocorrem lógicas e racionalidades diferenciadas imbricando-se para dar ao sertão a tonalidade que possui.

Há que considerar que uma população que não politiza a sua identidade e não se coloca como sujeito de si mesmo no cenário hodierno viabilizado na conjuntura atual por outros organismos de Estado, que não os ambientais, como o Ministério do Desenvolvimento Social que busca afirmar identidades invisibilizadas nacionalmente. Os *veredeiros*, sem essa politização, perderão a oportunidade histórica de emergir com sua identidade etnicamente diferenciada a ser legitimada pelo Estado. Outra possibilidade da sua visibilização se dá por meio do Inventário Nacional de Referências Culturais. A FUNATURA como mediadora entre essa comunidade de *veredeiras* e *veredeiros* e das comunidades tradicionais do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas tem um papel fundamental neste processo.

Bibliografia

AB'SABER, Aziz. "Patrimônio Arqueológico e paisagístico" in *II Encontro de Preservação de Bens Culturais*, Belo Horizonte: 1987 - IAB/Dep. MG (mimeo).

- AMBRÓSIO, Manoel. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*. Januária: Prefeitura Municipal, 1976.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1997.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. 15 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- BAETA, Alenice Motta – “Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – Região do rio Peruaçu”. In *Carste* 12 (1), 2000.
- BALAIÓ, João. *Você sabe o que aconteceu em Montes Claros dia 13 de agosto do ano passado?*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BARTH, Frederik – “Introduction”. In *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Boston, Little, Brown and Company, 1969.
- BERTRAN, Paulo. *Breve história do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília: Funatura; IBAMA, Fundação Boticário, The Nature Conservancy, 1999 (mimeo).
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOLLE, Willi. “grandesertão.br ou: a invenção do Brasil”. In MADEIRA, A. e VELOSO, M. (orgs.). *Descobertas do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2000, pp. 165-240.
- BOURDIEU, Pierre. “A Economia dos Bens Simbólicos”. In *Razões Práticas*. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2004, pp. 157-194.
- BRAZ, Brasiliano. *São Francisco nos Caminhos da História*. São Francisco: Lemi, 1977.
- CAMPBELL, Walter J. *Honour, Family and Patronage. A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional, 1940. Brasileira, Vol. 181.
- CARNEIRO, Geralda Vânia N.F.B. e outros - *Ecossistema Grande Sertão: Veredas. As Transformações Culturais e Destruição Ambiental no Norte de Minas*. Montes Claros: Grupo de Estudo e Ação Ambiental, 1992 (mimeo).
- CAMPOS, Leonardo A. da Silva. *O Homem pré-histórico na região*- Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.
- CARDOSO, J.M.A - *A Região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Recife: UFPE, 1996. Dissertação de Mestrado.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto – *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia/UFRJ, 2003. Coleção Antropologia da Política.

- CORREIA, Cloude de Souza. *Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.
- COSTA, João Batista de Almeida. "A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas". In Santos, G. R. (Org) *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas. Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, (pp. 77-97).
- _____. *Do tempo de fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Dissertação de Mestrado.
- _____. *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Tese de doutoramento.
- COSTA, João Batista Almeida e outros. *Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas*. Grupo de Estudos Ambientais. Montes Claros. 1990. Mimeo.
- COSTA SILVA, René Marc – *Por onde o Povo Anda... A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs*. Brasília: Departamento de História, 1998. Tese de Doutorado.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacinal de Andalúcia, 1998. Dissertação de Mestrado.
- _____. GT Agroextrativismo. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Brasília: Funatura, 2002 (mimeo).
- DUMONT, Louis. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O Sistema Totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FAGUNDES, G. e MARTINS, N. *Capítulos Sertanejos*. Belo Horizonte: Formato, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, Eugênia Dias. *Os povos indígenas de MG do século XVII ao XX*. Belo Horizonte: Fafi, sem data (mimeo).
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. 32a. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (orgs.) – *A Invenção das Tradições*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- JACINTO, Andréa Borghi. *Afluentes da memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Campinas: Universidade de Campinas, 1998. Dissertação de Mestrado.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana, História e Genealógica*. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, 2 volumes.
- LUZ, Aline Mendonça e outros. *Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas*. Montes Claros: Grupo de Estudos e Ação Ambiental, 1991 (mimeo).
- MALINOWSKI, Bronislaw K. "Características essenciais do *Kula*. In *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné – Melanésia*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- MARCUS, George E. e FISCHER, Michael J. *Anthropology as Cultural Critique. Na Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: The University Chicago Press, 1986.
- MARCUS, George – "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnógrafos sobre a modernidade no final do Século XX ao nível mundial". In *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, nº 34, 1991, pp.197-221.
- MARTINS, Saul. *Antônio Dó; o jagunço mais famoso do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.
- MATA MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais - 1690/1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.B. *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio de e RODRIGUES, Luciene (orgs.) *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.
- PALMEIRA, Moacir. "Política, facções e voto". In GOLDMAN, M. e PALMEIRA, M. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, pp. 41-56.
- PIERSON, Donald – *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972, 3 volumes.
- PIMENTEL, Sidney Valadares - *O Chão é o Limite. A Festa do Peão de Boiadeiro e a Domesticação do Sertão*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- PIRES, Simeão Ribeiro - *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O sitiante tradicional e a percepção do espaço", in *O Campesinato Brasileiro*. Ed. Vozes: Petrópolis. 1973.

_____. *Bairros Rurais Paulistas: Dinâmica das relações Bairro Rural – Cidades*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RIBEIRO, Áureo Eduardo e outros. *A pequena produção rural na região de Montes Claros*. Montes Claros: CTA, 1987 (mimeo).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SUÁREZ, Mireya – “Outrora e à Margem Daqui: O Discurso Civilizador”. In *Fronteiras: Espaços Imaginados, Lugares Concretos*. Brasília: CEPPAC/UnB, 2001. Projeto de Pesquisa

TAMBLAH, Stanely J. *Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective*. Massachusetts: Harvard University Press. 1985.

TAUNAY, Affonso de Eschagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1948, 11 volumes.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do sul e sitiados do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente Não se Negueia. O campesinato Como Ordem Moral”. In: *Anuário Antropológico 87*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

Documentos

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO. Brasília: Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária/ UnB; Viçosa: Departamento de Economia Rural, 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS/ MG. Brasília: FUNATURA/PROBIO; Chapada Gaúcha: Prefeitura Municipal; Formoso: Prefeitura Municipal, 2002.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS. Brasília: FUNATURA; IBAMA; MMA, 2003.

RELATÓRIOS DO PROGRAMA GSV/FUNATURA. César Victor do Espírito Santo. Brasília: FUNATURA